

Liherbeth Silva Souza

A educação ambiental na gestão escolar participativa: um estudo de caso na Escola Municipal de Cedral - Maranhão

— MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM EDUCAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

Liherbeth Silva Souza

A educação ambiental na gestão escolar participativa: um estudo de caso na escola municipal de Cedral - Maranhão

Projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE

Orientação

Professor Doutor José Alberto Lencastre

— MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM EDUCAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que sempre está comigo na jornada da vida, fortalecendo a minha fé e esperança;

Agradeço especialmente aos meus pais, José Ribamar de Souza e Alice Barbara Silva Souza (em memória), de quem sempre tive apoio incondicional e que contribuíram diretamente na realização do meu trabalho;

Aos meus irmãos, Jarlene Silva Souza, Mizael Silva Souza, Lídia Silva Souza, Ana Alice Silva Souza, José Ribamar de Souza Junior, Noralice Conceição Silva Souza, Gearlice Silva Souza, Flor de Maria Silva Souza e Jorge Silva Souza, que me apoiaram durante toda minha caminhada;

Aos meus companheiros de trabalho, que permaneceram ao meu lado, apoiando e incentivando sempre, em especial Ozilene de Castro Souza e Souza, Arilene Neves, Eliedene Rosa Cuba, Delma Nogueira Gonçalves;

Às amigas especiais Laureli Marques Macêdo, Elísia Augusta Macêdo de Deus; que sempre estiveram comigo em todos os momentos da minha vida;

Aos amigos da igreja, que são exemplos de força e perseverância e que incentivam os seus fiés para alcançarem seus sonhos;

Ao amigo querido, Luís Afonso Silva Pereira, pelo companheirismo e palavras de força e fé;

Aos colegas do mestrado, pelo incentivo na conclusão do trabalho;

À minha querida professora e amiga Ana Rosa Paixão pelo apoio e incentivo ao longo dessa caminhada;

Agradeço ao meu estimado orientador, Professor Doutor José Alberto Lencastre, que esteve de forma incansável durante todo o processo na construção desse trabalho;

Aproveito nesse contexto de finalização para agradecer a todos que de alguma forma contribuíram para que este sonho tenha se concretizado, especialmente aos colegas professores e alunos da escola, a sua gestão que

está trabalhando para fazer um trabalho colaborativo, disso tenho a certeza e ao meu orientador por ter tido a paciência necessária de me esperar compreender a importância e esforço que eu deveria investir nesse projeto de vida.

É hora de deixarmos de lado aquelas diferenças que alimentam desavenças, aprofundam dissensos, tornam cada vez mais difícil aceitar os outros e suas visões de mundo, seus projetos político pedagógicos, suas prioridades e modos de fazer. A somatória dessas muitas e importantes diferenças fortalecerão a Educação Ambiental e o movimento por ela promovido, na direção daquilo que será o melhor a fazer para a superação da crise civilizatória em que estamos imersos
(MMA, 2008, p.8).

RESUMO

Nesta dissertação analisamos que ações estão sendo desenvolvidas em uma escola municipal de Cedral - estado do Maranhão, Brasil, com vista à Educação Ambiental na perspectiva da gestão democrática participativa. Procuramos destacar a importância da educação ambiental na gestão escolar participativa no contexto da escola básica. Para tanto, desenvolvemos um referencial teórico com ênfase na gestão democrática e participativa para formação da cidadania, na perspectiva de uma ação docente. A metodologia da investigação é qualitativa e interpretativa, com um design de estudo de caso, já que persegue o objetivo de compreender as motivações de um grupo e interpretar o uso da Educação Ambiental na Gestão Escolar Participativa. Utilizamos como método de pesquisa a observação direta e registros de campo, bem como a utilização de inquéritos por entrevista e questionário, instrumentos de pesquisa que se coadunam com o enfoque qualitativo utilizado para investigação em causa, mas usando, também, dados quantitativos. Os resultados do estudo mostram que, estando ausente da formação inicial e continuada dos professores, a educação ambiental ainda é mais intenção do que prática na escola. Da mesma forma, como objeto de estudo restrito a uma escola municipal a investigação demonstrou que essa prática de valorização da educação ambiental está sendo abordado na escola investigada de forma incipiente, por tentativas, erros e acertos pelos professores que de maneira geral não dominam e, portanto, não se sentem confortáveis quando têm que abordá-lo na educação de seus alunos. Algumas questões sobre a incorporação da educação ambiental precisam ainda ser mais discutidas.

Palavras-chaves: Educação Ambiental. Gestão Escolar Participativa. Escola Básica.

ABSTRACT

In this dissertation, we analyze what actions are being developed in a municipal school in Cedral, state of Maranhão, Brazil, with a view to Environmental Education in the perspective of participative democratic management. We sought to highlight the importance of environmental education in participatory school management in the context of the basic school. For this, we developed a theoretical framework with emphasis on democratic and participatory management for citizenship formation, with a view to teaching action. The research methodology is qualitative and interpretive, with a case study design, as it pursues the objective of understanding the motivations of a group and interpreting the use of Environmental Education in Participatory School Management. We use direct observation and field records as a research method, as well as the use of surveys by interview and questionnaire, research instruments that are in line with the qualitative approach used for the research concerned, but also using quantitative data. The results of the study show that, being absent from initial and continuing teacher training, environmental education is still more intended than practical at school. In the same way, as an object of study restricted to a municipal school, research has shown that this practice of valuing environmental education is being approached in a school investigated in an insipient manner, through attempts, mistakes and correctness by teachers who, in general, do not master, so do not feel comfortable when they have to approach you in the education of your students. Some questions about the incorporation of environmental education need to be further discussed.

Keywords: Environmental Education. Participative School Management. Basic school.

ÍNDICE

1 Introdução	1
1.1. Contextualização do estudo	2
1.2. Identificação do problema	4
1.3. Questão de investigação	5
1.4. Objetivos do estudo	5
1.5. Relevância do estudo	6
1.6. Estrutura da dissertação	6
2 Revisão de Literatura	9
2.1. Gestão democrática	9
2.2. Gestão escolar participativa	14
2.3. A importância do Projeto Político Pedagógico para a Educação Ambiental	18
2.4. A questão ambiental no Brasil	21
3 Metodologia	33
3.1. Opção metodológica	33
3.2. Descrição do estudo	35
3.3. Participantes	36
3.4. Método e técnicas de recolhimento de dados	39
3.4.1. O inquérito por entrevista	40
3.4.2. O inquérito por questionário	42
3.5. Método e técnicas de análise dos dados	46
4 Apresentação e Análise dos Dados	49
4.1. Inquérito por entrevista com Secretária de Educação Municipal	55
4.2. Inquérito por questionário aos alunos do 9.º ano do ensino fundamental	57
4.3. Inquérito por questionário aplicado aos Gestores	61
4.4. Inquérito por questionário aplicado aos professores	63
5 Conclusões	67
5.1. Considerações finais	69
5.2. Dificuldades sentidas na realização do estudo	70
Bibliografia	73
Apêndice	79

LISTA DE SIGLAS

CF	– Constituição Federal
EA	– Educação Ambiental
INEP	– Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio
LDB	– Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MCT	– Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC	– Ministério de Educação
MMA	– Ministério do Meio Ambiente
ONU	– Organização das Nações Unidas
PCN	– Parâmetros Curriculares Nacionais
PIEA	– Programa Internacional de Educação Ambiental
PNEA	– Política Nacional de Educação Ambiental
PNUMA	– Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPP	– Projeto Político Pedagógico
PRONEA	– Programa Nacional de Educação Ambiental
SEMED	– Secretaria Municipal de Educação
TCLE	– Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Teixeira
TIC	– Tecnologias da Informação e Comunicação
UNESCO	– Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FOTOGRAFIA

Fotografia 1: Horta escolar	51
Fotografia 2: Lixeiras para coleta seletiva	52
Fotografia 3: Feira de arte com material reciclável	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Gráfico que representa as ações desenvolvidas na escola	58
Gráfico 2: Por que estudar educação ambiental?	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Desenho do inquérito por questionário aos gestores	42
Quadro 2: Desenho do inquérito por questionário aos alunos	44
Quadro 3: Desenho do inquérito por questionário aos professores	44
Quadro 4: Categorias de análises da pesquisa	50
Quadro 5: Objetivo 1 do inquérito aplicado aos alunos do 9º ano	57
Quadro 6: Objetivo 2 do inquérito aplicado aos alunos do 9º ano	59
Quadro 7: Objetivo 3 do inquérito aplicado aos alunos do 9º ano	59
Quadro 8: Respostas do inquérito aplicado ao gestor	61
Quadro 9: Resposta do inquérito aplicado aos professores	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de sujeitos participantes da investigação	37
Tabela 2: Quantidade de professores por disciplina	38
Tabela 3: Número de alunos do 9º Ano matriculados na escola investigada	39

1 INTRODUÇÃO

O mundo vem passando por constantes transformações e o homem tem se preocupado cada vez mais em como viverá as futuras gerações. É visível que o próprio homem também tem sua contribuição nesse processo, para ampliar o desequilíbrio ambiental e tornando a sua convivência e de outros seres mais difícil neste planeta.

Boff (1999) sustenta que “a terra está enferma e ameaçada”. Essa comprovação torna-se ainda mais real quando observamos que esse fenômeno tem a ver com o “modelo de sociedade e o sentimento de vida que os seres humanos projetaram para si [...]” (p. 32).

Assim, a importância da Educação Ambiental na sociedade é uma temática que vem tomando assento nas discussões mundiais e internacionais onde sempre encontramos situações nas quais as pessoas banalizam os riscos e as proporções da má utilização dos recursos ambientais. No entanto, sabemos que a questão ambiental se estende além do âmbito teórico, exigindo uma resposta educacional de modo a preparar as gerações futuras para relações ecológicas saudáveis entre os seres humanos e o seu ambiente natural (Caride & Meira, 2004).

O meio ambiente vem se manifestando de maneira não favorável a espécie humana, quanto mais facilidades a espécie humana encontra para se estabilizar, mais difícil será se manter no ambiente natural e um dos fatores que contribui para isso, é a extração desmedida dos recursos naturais que vem sendo explorado sem nenhuma precaução para manter as novas gerações. Com o avanço da tecnologia, a industrialização e a globalização o mundo capitalista e o consumismo desenfreado se transformaram em uma avalanche de problemas ambientais.

Podemos perceber que, a percepção mecanicista da vida está muito arraigada na cultura e se desenvolve cada vez mais com o “pensamento ocidental”, nesta perspectiva, o homem mantém o controle sobre a natureza, e tudo que ele necessita, se sente no direito de buscar, sem ter a visão de que

aquele recurso fará falta para ele algum dia, visando dessa forma o retorno do recurso natural (Capra, 1986, p.76).

Dessa forma, a Educação Ambiental é uma temática que avança através dos meios de comunicação e informação, além de ser também uma pauta educacional que merece atendimento, justificando assim a escolha dessa problemática para ser discutida em um trabalho acadêmico.

1.1. Contextualização do estudo

Compreendendo que a escola tem o dever de transmitir conhecimento e de contribuir para a formação do indivíduo, de forma ética, moral e social, vemos a necessidade de pesquisar sobre a Educação Ambiental na Gestão Escolar Participativa, com o objetivo de conhecer como essa temática é aplicada na Escola Municipal em Outeiro, Cedral – Maranhão .

Para tanto, procuramos contextualizar a nível nacional como as autoridades educacionais identificam nas políticas públicas a presença da Educação Ambiental enquanto elemento de garantia da sobrevivência das gerações futuras.

Assim, destacamos como ponto de partida dessas discussões, a Constituição Brasileira de 1998, quando defende a educação escolar como direito de todos e dever do estado, da família e da sociedade. O Título VIII (Da Ordem Social), da referida Carta Magna, em seu Capítulo VI, no art. 225, *caput*, diz que *“todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”*, impondo-se assim, ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações.

Após a Constituição Federal (CF 1988), destaca-se em especial, a Lei nº 9.795/1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que dispõe especificamente sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a

Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), afirmando que, essa educação é componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades de todo processo educativo, escolar ou não.

A mesma Lei enuncia princípios básicos e indica objetivos fundamentais da Educação Ambiental, conceituando-a na educação escolar, a qual deverá estar incluída nos currículos de todas as etapas da Educação Básica e na Educação Superior, inclusive em suas modalidades, abrangendo todas as instituições de ensino públicas e privadas. Além disso, valoriza *“a abordagem articuladas das questões ambientais locais, regionais e nacionais”*, e o meio ambiente *“como emergência das relações dos aspectos sociais, ecológicos culturais, econômicos”*, dentre outros”.

Dessa forma, a EA deverá ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente, não devendo se constituir disciplina específica no currículo de ensino, exceto nos cursos de pós-graduação e extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da EA e quando necessário (Art. 10 da referida Lei) ainda reafirma a CF 1988, que a escola é o lugar de trabalhar conteúdos relacionados à EA, motivando assim a responsabilidade da escola com seus alunos, pelo meio ambiente, no qual vivem.

Entendemos que a visão política é louvável no processo de mudança, mas é necessário existir a vontade de implementar a EA no espaço escolar. É necessário que a instituição venha a criar os princípios pedagógicos da EA, obedecendo ao currículo, mas cabe a cada escola também, fazer a devida alteração consoante o contexto socioeducativo e cultural na qual está inserida.

Este estudo refere-se ao desenvolvimento de uma dissertação de mestrado que versa sobre a EA na Gestão Escolar Participativa no município de Cedral- Estado do Maranhão/Brasil, com vistas a compreender a importância dessa temática e de que forma a educação ambiental é aplicada pela gestão escolar desse ambiente educativo.

Ao que diz respeito à EA, a Constituição Federal determina explicitamente que o Poder Público tem a incumbência de promover a EA em todos os níveis de ensino (inciso VI do §1º do artigo 225 do Capítulo VI, dedicado ao Meio Ambiente), como um dos fatores asseguradores do direito ao meio ambiente equilibrado.

Tal problemática faz parte dos questionamentos sobre o que se refere à Lei da Educação Ambiental e a visão da Gestão Escolar defendida pela Secretária Municipal de Cedral sobre a prática dessa legislação no seu cotidiano.

1.2. Identificação do problema

Ao perceber que o município de Cedral é uma região que está localizada no Norte do Estado do Maranhão e que o seu meio de subsistência depende da pesca e da agricultura, percebe-se que é relevante trabalhar o tema citado, para que os alunos possam ter uma consciência ecológica, e que possam compreender que qualquer espaço geográfico deve ser protegido ambientalmente, com vistas a garantir a sua comunidade uma vida saudável.

Porém, para se ter êxito no âmbito da educação ambiental formal, ou melhor, dentro da escola, precisamos de uma Gestão Escolar Participativa que venha nortear no cotidiano do espaço escolar, dirigentes e dirigidos, para participarem desses debates sobre a importância desse estudo, tanto nas reuniões administrativas e pedagógicas quanto nas aulas, dando suporte para serem amenizados os problemas socioambientais. Pois, observa-se, que a comunidade onde a escola está localizada, possui a necessidade de trabalhar essa temática, devido que existem áreas de preservação permanente que são os manguezais que faz parte do litoral maranhense.

Sabendo que a maioria da comunidade depende da pesca, espera-se que nesse contexto a escola deva contribuir no processo de ensino e aprendizagem em relação à educação ambiental, pois a mesma não poderia

está de fora dessa incansável tarefa. Diante dessas informações é necessário pesquisar, de que forma a educação ambiental é aplicada na instituição citada.

Sendo assim, defende-se que para ter uma escola preocupada com o meio ambiente, precisamos de uma gestão escolar participativa, que se preocupe com o ambiente em que os seus alunos estão inseridos.

1.3. Questão de investigação

É com base neste problema e tendo em vistas a gestão escolar democrática e participativa que nos propusemos compreender: **De que forma a educação ambiental é aplicada na Escola Municipal de Cedral - Maranhão?**

1.4. Objetivos do estudo

- Investigar ações desenvolvidas em prol da educação ambiental.
- Conhecer a importância de trabalhar a educação ambiental no ambiente escolar.
- Conhecer o perfil dos gestores escolar com relação ao uso da educação ambiental
- Identificar a educação ambiental na gestão escolar participativa na Escola Municipal de Cedral - Maranhão - Brasil.

1.5. Relevância do estudo

As questões ambientais na contemporaneidade estão sendo tratadas em virtude da necessidade de transformações ao que diz respeito à degradação do ambiente. A educação, nesse sentido deve ser ressaltada como elemento fundamental para a transformação da sociedade, para que de modo responsável e com consciência aja uma conservação do ambiente saudável no mundo moderno.

A EA como direito constitucional garantido deverá estar na escola básica, lugar onde se entrecruzam a espécie humana e o ambiente com as demais espécies que habitam o planeta Terra, assim a relevância deste tema é ser um instrumento de formação de novos valores e atitudes, frente à problemática ambiental.

Com a finalidade de se consolidar tal desígnio, utilizamos um levantamento bibliográfico a respeito da necessidade da EA na escola bem como a tomada de consciência em relação à preservação como problema ambiental e também a formação cidadã e participativa dos alunos. Para além desse trabalho bibliográfico, lançamos mão de atividades empíricas para o reconhecimento da importância de conhecer o lugar da investigação através de instrumentos que nos permitiram observar, identificar e analisar com instrumentos específicos de recolha e análise, os dados recolhidos.

1.6. Estrutura da dissertação

A presente dissertação estrutura-se em cinco capítulos. O Capítulo 1 contempla a Introdução onde fazemos a contextualização do estudo; a identificação do problema; estabelecemos nossa questão de investigação, seguidas dos Objetivos do estudo; a sua relevância e a estruturação da

dissertação, conforme podemos identificar. No Capítulo 2 tratamos da Revisão de Literatura com dois subcapítulos intitulados – 2.1 Gestão Democrática e Participativa e 2.2 A questão da Educação Ambiental no Brasil. Adiante discorreremos no Capítulo 3 sobre a Metodologia adotada no estudo, sua descrição, seus participantes; os Métodos e técnicas de recolha de dados; os Métodos e técnicas de análise de dados.

O Capítulo 4 está destinado à Apresentação e análise dos dados coletados; o 5º Capítulo corresponde as Conclusões encontradas; Considerações Finais e Limitações do estudo. Em seguida, as Referências e os Apêndices.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Gestão democrática

Ao longo dos últimos anos do séc. XX e início do séc. XXI com a criação e promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº. 9.394/96, o trabalho desenvolvido pelas escolas brasileiras deixou de ser identificado como sendo de administração escolar, sendo-lhe acrescida uma nova nomenclatura, qual seja “gestão escolar democrática”, denominação que está inscrita na base legal da educação brasileira.

Para Libâneo (2013) atualmente, dentro do princípio democrático, a gestão escolar passa a ser compreendida como um processo que envolve a todos os que fazem a comunidade escolar, que tem como princípio básico, a tomada de decisão através da discussão, do planejamento, do diálogo e da avaliação, onde todos possam participar para garantir o amplo acesso às informações, bem como uma educação para todos.

A dimensão dessa abrangência não se restringe ao conceito de gestão escolar, vai mais além mediante um leque de ações, entre eles: elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico (PPP), participação dos pais e professores na Associação de Pais e Mestres, a participação dos alunos no Grêmio Estudantil, a eleição direta para a escolha dos gestores escolares e a criação de Conselhos Escolares com vistas à gestão democrática e participativa, pretendida.

Falar da gestão ou administração escolar implica relacionar o funcionamento do estabelecimento de ensino como um todo, tornando indissociável o ato de supervisionar os campos administrativo, financeiro e pedagógico, muito embora estes possuam significados diferentes.

Nesse contexto, Libâneo (2013) ressalta:

Sob supervisão e responsabilidade do diretor, a equipe escolar formula o plano ou projeto pedagógico, toma decisões por meio da discussão com a comunidade escolar mais ampla, aprova um documento orientador. Em seguida, entram em ação as funções, os procedimentos e os instrumentos do processo organizacional, em que o diretor coordena, mobilizam, motiva, lidera, delega aos membros da equipe escolar conforme suas atribuições especificam as responsabilidades decorrentes das decisões, presta conta e submete à avaliação da equipe o desenvolvimento das decisões tomadas coletivamente (Libâneo, 2013, p.335).

No entanto em alguns momentos, a decisão pedagógica é autônoma, como discorre Veiga (1998),

A autonomia pedagógica da escola, por sua vez, está estritamente ligada à sua identidade, a sua função social, a sua clientela, à organização curricular, à avaliação, bem como aos resultados das avaliações, sendo, portanto, à essência do PPP da escola (p.56).

Assim sendo, na LDB 9.394/96, nos artigo 4º, Capítulo IX, assim como o artigo 25º garante a Educação Pública nos padrões mínimos de qualidade de ensino, definindo,

As condições para que as pessoas sintam satisfação em sua participação na dinâmica da escola que se assenta sobre as condições de sucesso e que se constituem em elementos importantes da motivação extrínseca, ao mesmo tempo em que são fatores essenciais de um ambiente educativo (Lück, 2009 p.25).

Vale lembrar que a gestão não pode ficar restrita apenas ao discurso de administrar, indo mais além, pois envolve o coordenar, supervisionar e orientar o trabalho pedagógico, sem esquecer que para isso acontecer é preciso que tenha muito mais do que iniciativa, é necessário que o gestor tenha conhecimento e formação específica para o exercício do cargo (Lück, 2009).

Nesse cenário formativo quem ganha é a escola e os sujeitos escolares, pois com a sua capacidade indutiva, o gestor escolar poderá implantar na

escola a gestão democrática que implica a autonomia dos estabelecimentos de ensino, visto que esta se dá no exato momento da implantação da gestão democrática quando se descentraliza dos sistemas de ensino, cabendo-lhes o cuidado de não confundir essa autonomia com o autoritarismo, visto que para Lück (2009, p.84)

A autonomia administrativa da escola evita que esta seja submetida a uma administração na qual as decisões a ela referentes sejam tomadas fora dela e por pessoas que não conheçam a sua realidade, contribuindo desse modo para que a comunidade escolar possa, por meio da vivência de um processo democrático e participativo, romper com a cultura centralizadora e pouco participativa em que têm sido elaborados os projetos e efetivadas as tomadas de decisões.

Formação aqui é entendida como conhecimento teórico e específico, que é aplicado no dia a dia em suas práticas gestora, tendo em vista que o assunto do momento é a formação de gestores e suas práticas de gestão dentro da escola, o Estado brasileiro tem envidado esforços no sentido de criar estratégias de formação de gestores através de mecanismo como a “Escola de Gestores” necessária e essencial para construção de uma identidade gestora no âmbito das escolas rede pública.

Tal prerrogativa vai de encontro ao que nos orienta Maia & Bogoni (2008, p. 54) que afirmam que “sem formação não há democracia e, por conseguinte não há autonomia”, levando-se em conta que estes avanços acontecem na escola quando o gestor escolar colabora com elaboração e execução do PPP, na criação do Conselho Escolar e construção da Associação de Pais e Mestres colocando-os aos escolares como possibilidade de suas legítimas escolhas.

No organograma abaixo podemos visualizar claramente o universo que abrange o conceito de gestão escolar democrática sugerida por Maia & Bogoni (2008, p. 26).

Figura 1: Mecanismos da Gestão Democrática na Escola Básica



Fonte: Maia & Bogoni (2008, p.26)

Para Maia & Bogoni (2008) no que tange a sua dimensão de abrangência, a gestão escolar tem aberto caminhos para a participação da comunidade escolar através dos mecanismos da Gestão Democrática, dentre eles:

- A Conferência Municipal da Educação;
- O Conselho Municipal da Educação;
- Conselho do FUNDEF (CACS);
- Orçamento Participativo na Educação;
- Eleições para diretores.
- Conferência Local da Comunidade Escolar/ Assembleias Escolares;
- Conselho de Escola;
- Orçamento Participativo Local;
- Associação de Pais;
- Grêmio Estudantil (Maia & Bogoni, 2008, p. 4).

Dessa forma, a concepção de gestão escolar em meio às suas dimensões de abrangência delega não somente a escola, como toda a sociedade, a responsabilidade de gerir os recursos escolares incluindo o financeiro,

humanos, físicos, materiais e de atribuições pedagógicas (Maia & Bogoni, 2008, p. 6).

Segundo Libâneo (2008, p. 352) “o diretor (gestor) não pode ater-se apenas às questões administrativas. Como dirigente, cabe-lhe uma visão de conjunto e uma atuação que apreenda a escola em seus aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros e culturais”. Em sentido semelhante, Lück (2009, p. 24) elucida que a gestão escolar democrática pode ser organizada em 10 dimensões, que se agrupam em duas áreas:

Organização e implementação, a primeira, objetiva organizar o trabalho a ser realizado, garantindo uma estrutura básica necessária nos estabelecimentos, já que elas por si não promovem resultados, contudo, são imprescindíveis para que as dimensões de implementações aconteça de maneira eficaz. A outra traz a finalidade de acionar a transformação das práticas educacionais, envolvendo a gestão democrática e participativa, gestão de pessoas, gestão pedagógica, gestão administrativa e gestão da cultura e do cotidiano escolar, visando a aprendizagem significativa dos educandos com qualidade social.

Nesse contexto o que a autora elucida, não é uma divisão da gestão escolar democrática, todavia, elenca as funções desta em termos de organização, que independente de como acontece, traz um único e claro objetivo que é a promoção de educação de qualidade.

As competências de implementação envolvem a gestão democrática e participativa, gestão de pessoas, gestão pedagógica, gestão administrativa, gestão da cultura escolar e gestão do cotidiano escolar, com foco direto na promoção da aprendizagem e formação dos alunos, com qualidade social (Lück, 2009, p. 24).

Assim, para melhor compreensão, fez-se necessário, discorrer sobre essas dimensões da gestão escolar democrática e sua importância, dentre elas a Gestão Pedagógica, o PPP, a Gestão participativa e estratégica, a Gestão de Pessoas e a Gestão de serviços de apoio e recursos físicos, conforme itens a seguir.

2.2. Gestão escolar participativa

Ao longo dos anos, a gestão escolar manteve-se centrada em práticas oriundas da administração científica de Taylor, impedindo de alguma forma que a escola cumprisse com seu papel social e seus objetivos pedagógicos, no entanto para Lück (2009) “pensar na gestão pedagógica implica pensar na construção, execução e avaliação da proposta pedagógica escolar”, sendo ela o marco de autonomia, e participação dos escolares nas atividades que se desenvolvem na escola tendo como foco o desenvolvimento pleno do educando e seu preparo para exercício da cidadania, correspondendo às expectativas da função social escolar.

Para Libâneo (2008) o estudo da categoria participação da escola visa estabelecer correlações e perspectivas entre os fatores interpessoais que se encontram no terreno da escola. Deste modo, a participação passou a ser vista como um elemento determinante nas relações que se estabelecem na escola, pois de nada adiantaria ter representação nas instâncias da comunidade escolar se não tivéssemos a participação ativa dos sujeitos nas tomadas de decisão, como afirma Libâneo (2008),

O conceito de participação se fundamenta no de autonomia, que significa a capacidade das pessoas e dos grupos de livre determinação de si próprios, isto é, de conduzirem sua própria vida. Como a autonomia opõe-se às formas autoritárias de tomada de decisão, sua realização concreta nas instituições é a participação (p.102).

Nesse sentido, Lück (2009) nos afirma que a autonomia na escola está relacionada com a capacidade de a escola assumir responsabilidades, tornando seu fazer pedagógico autônomo capaz “[...] de responder por suas ações, de prestar contas de seus atos, de realizar seus compromissos e de estar comprometida com eles, de modo a enfrentar reveses e dificuldades” (p. 11).

Para tanto, é imprescindível que haja na escola o respeito às diferenças de pensar fazendo disso um instrumento de conciliação de interesses de forma que os sujeitos membros da instituição possam alcançar os objetivos da escola quanto à formação cidadã dos alunos. Isso significa dizer que o trabalho coletivo é um princípio que possibilita a gestão democrática.

Por isso a gestão participativa é uma modalidade de gestão pautada na comunicação tendo como foco a promoção das ações comunicativas, valorizando as partes dialogantes e atuando como agente facilitador das relações sociais (Libâneo, 2008).

Para que a gestão participativa aconteça é necessário aproximar e facilitar o compartilhamento de experiências e repertórios das partes dialogantes; desenvolver a postura da escuta e da observação a partir de valores como o respeito e a tolerância, para que as pessoas avancem na apropriação do poder da palavra, ocupando os espaços através de sua expressividade, sendo capaz de ser consensual e atuante.

A gestão colegiada é uma modalidade de gestão que prima pela distribuição de responsabilidades, da cooperação, do diálogo, do compartilhamento de atitudes e modos de agir, favorece a convivência, possibilita encarar as mudanças necessárias, rompe com as práticas individualistas e leva a produzir melhores resultados de aprendizagem dos alunos (Libâneo, 2008, p.103).

Além da participação, da autonomia e do trabalho coletivo, outro elemento importante para o desenvolvimento da gestão democrática é a transparência de ações, uma vez que não dá para se falar da escola como espaço público se a lógica de funcionamento é fechada e o fim em si mesmo.

Libâneo (2008) aponta para

A necessidade de a escola dar satisfação de seus atos ao público, à comunidade em que está inserida, uma vez que a escola tem funções sociais explícitas e não pode ser mais uma instituição isolada em si mesma separada da realidade em que está inserida, mas integrada numa comunidade que interage com a vida social mais ampla (p. 114)

Portanto, compreendemos que a gestão participativa pressupõe movimentos de participação na escola e na comunidade, acompanhados de debates em assembléias e a organização de práticas compartilhadas nas decisões das esferas administrativas e pedagógicas, construída a partir de um projeto coletivo que não possa mais ser gestado sem a presença efetiva de outros implicados na instituição escolar.

A aceção plena da participação conforme orienta Lück (2009) refere-se a uma mudança de atitude, onde cada membro da organização reconhece e assume seu poder de decisão para transformar a dinâmica escolar, tanto em sua cultura como em seus resultados, decorrentes de sua competência e vontade de compreender e agir sobre as questões que lhe dizem respeito, no qual poderia se definir como sendo,

Um trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre o seu encaminhamento e agindo sobre elas em conjunto, isso porque o êxito de uma organização depende da ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um "todo" orientado por uma vontade coletiva (Lück, 2009, p.15).

Portanto, a gestão participativa não pode ser uma proposta de democratização apenas na esfera da administração da escola, sendo fundamental que atinja todos os setores dessa instituição e principalmente a sala de aula, onde se faz necessário orientar aos alunos a uma convivência democrática, uma vez que a sala de aula para além de ser o lugar de ensinar, o é também da construção do conhecimento e da subjetividade do aluno a partir do diálogo, isto é, o lugar da formação para a cidadania.

Assim, a perspectiva da gestão participativa no contexto da instituição de ensino coloca ao gestor o compromisso de se reeducar frente ao ato de conduzi-la de forma coletiva conclamando a participação de todos na construção de uma educação de qualidade, resta-nos conhecer como atua o gestor da escola lugar a investigação.

Entendemos que nesse tipo de gestão, a atividade gestora é complexa, exigente, no entanto, e sensível, porque convive com diferenças e

transformações sociopolíticas, econômicas e culturais, que lhe exige respostas adequadas e eficazes, que atendam as expectativas dos seus liderados, frente aos desafios que se instauram,

Gestão participativa, portanto, consiste numa escolha que tem consequências diretas na atuação do gestor. Ele deixa de ser a autoridade única da escola e também não mais pode atuar como administrador burocrático, preocupado apenas com a manutenção do prédio, preenchimento de fichas e solicitação de suprimentos ou de recursos humanos e materiais (Paro, 2005, p.27).

Para Libâneo (2008), o gestor passa a ser o grande articulador das ações de todos os segmentos, o condutor do projeto da escola, aquele que prioriza as questões pedagógicas e que mantém o ânimo de todos na construção do trabalho educativo,

[...] trata-se de entender o papel do diretor como um líder, uma pessoa que consegue aglutinar as aspirações, os desejos, as expectativas da comunidade escolar e articular a adesão e a participação de todos os segmentos da escola na gestão de um projeto comum. Como gestor da escola, como dirigente, o diretor tem uma visão de conjunto e uma atuação que apreende a escola nos seus aspectos pedagógicos, culturais, administrativos, financeiros (Libâneo, 2008, p.113).

Assim, considerando os ambientes educacionais como lugares de participação, os gestores devem promover a formalização e valores de referência cuidando para que eles se concretizem tais como a igualdade de direitos quanto à ocupação dos espaços, os pactos de ordenamento quanto ao uso da palavra e o tempo de exposição, a representatividade de quem atua como liderança, cuidando para que debates e discussões não se transformem em batalhas, enfim agindo como mediador gerenciando o clima escolar, identificando tensões e dirimindo conflitos (Morin, 1985 citado por Lück, 2017).

Quanto aos professores que constituem uma força de trabalho especializada para desenvolver as atividades didático-pedagógicas junto aos seus alunos, cabe a estes terem um envolvimento com a gestão participativa

que o identifique com um “gestor das situações educativas”, na medida em que este deixa de ser o transmissor de conhecimento para se transformar no criador de situações significativas e necessárias para que os alunos aprendam.

É o professor que organiza e disponibiliza os recursos para os seus alunos aprenderem, para tanto ele deverá ter uma formação correspondente a sua função com conhecimentos específicos de sua área, mas também conhecimentos pertinentes à gestão educacional para dar conta da natureza de seu cargo nesse contexto de gestão participativa.

2.3. A importância do Projeto Político Pedagógico para a Educação Ambiental

Para Veiga (1998) no PPP do Ensino Fundamental o aluno deverá ser considerado como o sujeito que atribui sentidos à natureza e à sociedade nas práticas sociais que vivêcia, produzindo cultura e construindo sua identidade pessoal e social, bem como o cuidar e o educar, indissociáveis funções da escola, resultarão em ações integradas que buscam articular-se, pedagogicamente, no interior da própria instituição, e também externamente, com os serviços de apoio aos sistemas educacionais e com as políticas de outras áreas, para assegurar a aprendizagem, o bem-estar e o desenvolvimento do aluno em todas as suas dimensões.

Ainda Veiga (1998) nos informa que a organização do trabalho pedagógico incluirá a mobilidade e a flexibilização dos tempos e espaços escolares, a diversidade nos agrupamentos de alunos, as diversas linguagens artísticas, a diversidade de materiais, os variados suportes literários, as atividades que mobilizem o raciocínio, as atitudes investigativas, as abordagens complementares e as atividades de reforço, a articulação entre a escola e a comunidade, acesso aos espaços de expressão cultural e a educação ambiental que aqui aparece como um tema transversal.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)

Os conteúdos de Meio Ambiente serão integrados ao currículo através da transversalidade, pois serão tratados nas diversas áreas do conhecimento, de modo a impregnar toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, criar uma visão global e abrangente da questão ambiental (Brasil, 1997, p.36).

Nesse sentido, o Tema Transversal-Meio Ambiente nos PCN, tem como função promover “uma visão ampla em que envolva não só os elementos naturais, mas também os elementos construídos e todos os aspectos sociais envolvidos na questão ambiental” (Brasil, 1997, p.37).

Geralmente, os conteúdos de Meio Ambiente tem sido desenvolvidos na escola, presentes nas disciplinas de Ciências e/ou Geografia, mas infelizmente de forma fragmentada, onde o professor não associa esse conhecimento com a realidade do aluno tornando-se assim esse tema tão distante e fragmentado.

Como por exemplo, os conteúdos de História podem ser articulados com os temas transversais, ou seja, a História pode contribuir para a compreensão de questões ambientais quanto tratam de poluição, desmatamento, limite de uso de recursos naturais, desperdícios, entre outros.

Na forma proposta, os PCN estabelecem que os conteúdos do tema transversais relacionados ao Meio Ambiente ajudariam os alunos a construir uma consciência global das questões relativas ao meio, para que possam assumir posições afinadas com os valores referentes à sua proteção e melhoria (Brasil, 1997, p.39).

É preciso que o professor de qualquer área de conhecimento, possa discutir os conteúdos relacionados ao Meio Ambiente no decorrer das suas aulas, para que os alunos consigam desenvolver e adotar durante o processo de desenvolvimento, comportamentos ambientalmente correto, solidário, responsável, crítico e reflexivo.

Os PCN vêm indicar diretrizes para que o professor possa trabalhar este tema transversal. Por exemplo, devem ser selecionadas as prioridades e

conteúdos, levando em conta o contexto social, econômico e cultural, no qual, esta escola está inserida (é diferente atuar numa escola da cidade, da zona rural, ou de região poluída), são diferentes cenários, conseqüentemente, diferentes dificuldades que essa escola pode apresentar.

Outro elemento importante que deve ser levado em consideração é a cultura local, sua história e os costumes de cada escola. Pois sabemos que em cada local, existem suas singularidades, porém ao determinar um caminho comum a todos é buscar uma padronização e até mesmo um direito comum a todos os alunos.

Os professores devem através das suas práticas metodológicas despertarem em seus alunos uma consciência em relação ao meio, para que essas crianças sejam agentes transformadores e adquiram atitudes ambientalmente corretos em relação ao seu ambiente.

Loureiro, afirma que,

[...] Os temas geradores servem, em síntese, como eixos articuladores entre temáticas e disciplinas, e devem ser definidos pela capacidade coletiva e dialógica de desvelar os problemas, partindo de um eixo comum, da convicção de que todos podem aprender em comunhão, de que todos sabem algo que é válido e de que cabe ao sujeito individual construir o reconhecimento e ressignificar o que aprendeu (Loureiro, 2012, p.46)

Para o autor, quando se trabalha um tema gerador, como, por exemplo, o lixo, a principal finalidade do professor em trabalhar esse tema na sala de aula de acordo com a realidade, é fazer com que os alunos possam resolver atividades estabelecidas pelo docente e ao mesmo tempo se sensibilizar para algum aspecto relativo em que o aluno destacou algum ponto importante. Sendo que o lixo é um problema ocasionado pela sociedade em geral.

Os professores devem utilizar as ferramentas que auxiliem na sua prática metodológica, para que possam despertar em seus alunos uma consciência em relação ao seu meio, para que essas crianças possam vir desenvolver valores e atitudes ambientalmente corretos em relação ao seu ambiente.

Os PCN são, portanto, uma proposta do MEC para que a educação escolar brasileira tenha um caminho a seguir. São referências a todas as escolas do país para que garantam aos estudantes uma educação básica de qualidade. Sua finalidade é garantir que crianças e jovens tenham acesso aos conhecimentos necessários para a integração na sociedade moderna como cidadãos conscientes, responsáveis e participantes.

2.4. A questão ambiental no Brasil

No Brasil, a educação ambiental surgiu de maneira bem tardia. Apesar da existência de registros de projetos e programas desde a década de 1970, efetivamente é em meados da década de 1980 que ela começa a ganhar dimensões públicas de grande relevância. Em termos oficiais, ela aparece na Constituição Federal de 1988, Capítulo VI, sobre meio ambiente, no seu artigo 225, parágrafo 1º, inciso VI, no qual se lê que compete ao poder público “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Nesse sentido na educação escolar, em todos os níveis e modalidades de ensino, o órgão Gestor a nível federal é o Ministério de Educação (MEC) responsável por apoiar a comunidade escolar – professores, estudantes, direção, funcionários, pais e amigos a se tornarem educadores ambientais com uma leitura crítica da realidade, uma leitura da *palavra-mundo* conforme Freire (2002).

O rápido crescimento da educação ambiental, nas instituições de ensino aparece nos resultados do Censo Escolar publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), quando, a partir de 2001, incluiu uma questão: “a escola faz educação ambiental?”.

Tomando como ponto de partida estes estudos desenvolvidos pela Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação e do

Desporto, Brasília - DF, 1998, denominado "A implantação da Educação Ambiental no Brasil" (Brasil, 1998a) e a obra "Os diferentes matizes da Educação Ambiental no Brasil: 1997–2007" publicado pelo Ministério do Meio Ambiente através da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental Departamento de Educação Ambiental com apoio da UNESCO, podemos perceber que os problemas ambientais já mostravam naquele contexto a irracionalidade do modelo econômico brasileiro, mas não se falava em Educação Ambiental (Brasil, 2008).

Em março de 1965, na Conferência de Educação da Universidade de Keele, da Inglaterra, colocou-se pela primeira vez a expressão Educação Ambiental, com a recomendação de que ela deveria se tornar uma parte essencial da educação de todos os cidadãos. Porém, como observa Genebaldo Freire (1970 citado em Brasil, 1998b, p. 28) em uma das obras citadas, os participantes do evento ainda definiam educação ambiental, como "conservação, ou ecologia aplicada, e o veículo seria a biologia".

Em 1968 foi criado na Inglaterra o Conselho para Educação Ambiental, reunindo mais de cinquenta organizações voltadas para temas de educação e meio ambiente. Nesse contetxo países como Dinamarca, Finlândia, França, Islândia, Noruega e Suécia emitiram deliberações oficiais a respeito da introdução da educação ambiental no currículo escolar.

Paralelamente a UNESCO realizou um estudo sobre o meio ambiente e a escola, junto a setenta e nove de seus países-membros. Por este estudo, ficou claro que a Educação Ambiental não deveria constituir-se em uma disciplina específica no currículo das escolas, tendo em vista sua complexidade e a interdisciplinaridade.

Ainda em 1968, nasceu o "Clube de Roma", que produziu uma série de relatórios de enorme impacto. Um deles chamado "Os Limites do Crescimento"; foi publicado em 1972 e trouxe um modelo inédito para a análise do que poderia acontecer se a Humanidade não mudasse seus métodos econômicos e políticos. A conclusão desse estudo foi a de que: "caso se mantivesse o ritmo de crescimento a qualquer custo, com a busca da

riqueza e do poder sem fim, sem levar em conta o custo ambiental deste procedimento”, chegar-se-ia a um "limite de crescimento", ou, na pior hipótese, ao colapso. Este documento recebeu uma tempestade de críticas, mas cumpriu as missões de propor um modelo de análise ambiental global e, sobretudo, de alertar a Humanidade sobre a questão.

Sob o impacto do relatório do "Clube de Roma" e das movimentações da década de 1960, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou, entre 05 e 16 de junho 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que atraiu delegações de 113 países (inclusive o Brasil). Por ter sido realizada em Estocolmo, capital da Suécia, ela ganhou o apelido de Conferência de Estocolmo. E para dar uma idéia de sua importância, basta lembrar que, desde então, 05 de junho criou-se se o “Dia Mundial do Meio Ambiente”. Para quem lida com educação, é fundamental conhecer pelo menos três resultados deste evento mundial:

- Decidiu-se criar um organismo novo da própria ONU, só para a área ambiental: o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que foi instalado no mesmo ano, com sede em Nairobi, a capital do Quênia.
- Os 113 países assinaram a "Declaração da ONU sobre o Ambiente Humano", cujo Art. 19 diz:

É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, visando tanto as gerações jovens, como os adultos, dispensando a devida atenção aos setores menos privilegiados, para assentar as bases de uma opinião pública bem informada e de uma conduta responsável dos indivíduos, das empresas e das comunidades, inspirada no sentido de sua responsabilidade, relativamente à proteção e melhoramento do meio ambiente em toda a sua dimensão humana (Brasil, 1998).

- Recomendou-se também a criação do Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), para ajudar a enfrentar a ameaça de crise ambiental no planeta.

Mas este programa só "saiu do papel" em 1975, depois que representantes de 65 países se reuniram em Belgrado (ex-Iugoslávia, atual Sérvia) para formular os princípios orientadores, na "Conferência de Belgrado".

A Coordenação de Educação Ambiental do MEC produziu o documento "Educação Ambiental", tomando por base o documento citado antes, onde destacaram, em uma das seções, as principais características da Educação Ambiental sob a ótica do mesmo, onde estão orientados os sete pontos que traduzem o espírito daquela conferência.

1) Processo dinâmico integrativo: a Educação Ambiental foi definida (...) como "um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem o conhecimento, os valores, as habilidades, as experiências e a determinação que os torna aptos a agir -individual e coletivamente - e resolver problemas ambientais".

2) Transformadora: a Educação Ambiental possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes. Objetiva a construção de uma nova visão das relações do homem com o seu meio e a adoção de novas posturas individuais e coletivas em relação ao ambiente. A consolidação de novos valores, conhecimentos, competências, habilidades e atitudes refletirá na implantação de uma nova ordem ambientalmente sustentável.

3) Participativa: a Educação Ambiental atua na sensibilização e conscientização do cidadão, estimulando a participação individual nos processos coletivos.

4) Abrangente: a importância da Educação Ambiental extrapola as atividades internas da escola tradicional; deve ser oferecida continuamente em todas as fases do ensino formal, envolvendo ainda a família e a coletividade. A eficácia virá na medida em que sua abrangência vai atingindo a totalidade dos grupos sociais.

5) Globalizadora: a Educação Ambiental deve considerar o ambiente em seus múltiplos aspectos e atuar com visão ampla de alcance local, regional e global.

6) Permanente: a Educação Ambiental tem um caráter permanente, pois a evolução do senso crítico e a compreensão da complexidade dos aspectos que envolvem as questões ambientais se dão de modo crescente e continuado, não se justificando sua interrupção. Despertada a consciência, se ganha um aliado para a melhoria das condições de vida no planeta.

Sorrentino (1998) num dos capítulos da obra “A implantação da Educação Ambiental no Brasil” destaca mais dois conceitos que devem balizar o entendimento de Educação Ambiental: 1) O ambiente não deveria ser apresentado só como entorno físico, mas compreendendo também os aspectos sociais, culturais, econômicos que são interrelacionados; 2) O estudo do meio ambiente começa pelo entorno imediato para progressivamente descobrir os ambientes mais distantes.

Segundo Carvalho (2003) a relação do homem com a natureza que não está agradável, deve,

Indiscutivelmente, perceber o próprio homem como causador do colapso que o mundo vem enfrentando diante das catástrofes ambientais, que vão desde secas, enchentes, mudanças climáticas gravíssimas, destruição de matas, florestas, rios, lagos [...] (p.15).

Esses colapsos que o homem vem causando, acaba influenciando na atmosfera, contribuindo assim para o aquecimento global, e colocando em risco toda biodiversidade no meio ambiente.

O ritmo de crescimento mundial da população urbana é três vezes maior que a da população rural [...]. O êxodo rural tornou o Brasil um dos países mais urbanizados do mundo. O Censo Brasileiro do ano 2000 revela que dos 169,5 milhões de habitantes 81,2% vivem nas cidades [...] (Bezerra, 2002, p.27).

Com base nos argumentos mencionados, percebe-se que devido ao crescimento da população de forma desordenada nas grandes cidades, mais danos apresentará no meio ambiente, dificultando os recursos naturais e prejudicando o meio sustentável onde “a mudança ambiental induzida pela atividade humana excede, de longe, o ritmo natural da evolução, e assim

nossa espécie se vê numa corrida feroz para se adequar ao ritmo dos problemas que estamos criando com tamanho descontrole” (Universidade Livre da Mata Atlântica, 2001).

Com base nesses pressupostos a educação ambiental passou a ser parte integrante do processo ensino-aprendizagem, tendo o MEC, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a interveniência do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), em convênio com o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), desenvolvido esforços para consolidarem essas prerrogativas sobre a educação ambiental como políticas públicas.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997) o tema meio ambiente é apresentado como sendo um estudo articulado e transversal às diversas áreas de conhecimento, impregnando a prática educativa e permitindo que se crie uma visão universal e abrangente da questão ambiental a partir de projetos pedagógicos.

No que se referem ao meio ambiente nos PCN, o tema se tornou relevante para os professores, alunos e demais integrantes da educação escolar, podendo assim dar os primeiros passos para a assimilação do que seja Educação Ambiental.

Em 1999, é publicada a, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental - Lei 9.795/99 em seu Art. 2º reforça: “A educação ambiental é um componente permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”.

Já em seu Art. 9º reforça destacando que; “entende-se por educação ambiental na educação escolar as ações desenvolvidas no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando todos os níveis e modalidades da educação escolar”, a saber:

- I. Educação Básica:
 - a. Educação Infantil;

- b. Ensino Fundamental e
- c. Ensino Médio;
- II. Educação Superior;
- III. Educação Especial;
- IV. Educação Profissional;
- V. Educação de Jovens e Adultos.

Este documento deixa claro que as instituições públicas e privadas são obrigadas a desenvolver nos seus educandos uma educação ambiental crítica, pois inculcando essa ideia desde a educação infantil, a sua visão na fase adulta será outra com relação ao meio ambiente.

No Art. 10 da referida legislação, está inscrito que: “a educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal”.

§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§ 2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§ 3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

A LDB 9.394/96, promulgada em 30 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, ressalta sobre o termo educação ambiental, em seu Art. 26º que: “os currículos deve ressaltar a necessidade do conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social política”, e o parágrafo sétimo acrescido pela Lei nº 12.608/2012 diz que, “os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios”. Já no Art. 32º concernente aos objetivos destaca a “compreensão do

ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade”.

Dessa forma, cabe ao educador insistir nessa estreita relação entre a educação e o ambiente, colocando este diálogo na perspectiva de uma sociedade atuante, crítica e responsável, relacionada com o cotidiano do aluno, no contexto, regional, nacional e global, de maneira interdisciplinar onde o conteúdo repassado para esses educandos possa contribuir na sua vida, se responsabilizando e motivando uma cidadania sustentável.

A LDB 9394/96 ainda ressalta, entre os seus princípios, a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade. Segundo a referida Lei, deve ser incentivado também o trabalho de pesquisa e desenvolvimento do entendimento do homem e do meio em que vive, procurando desse modo, contemplar o ambiente de vida do educando como espaço a ser discutido no processo de aprendizado, incorporando-o ao conhecimento sistematizado e representado pelas disciplinas (Brasil, 1996).

Nesse contexto cabe aos professores motivarem seus alunos em sala de aula a pesquisar, criar e organizar suas ideias na compreensão do ambiente natural e social. Sabendo que um professor capacitado, precisa de formação continuada para que ele possa está preparado aos desafios que o mesmo encontra no seu cotidiano escolar.

Segundo Nadal (2000, p. 26):

A gestão democrática na escola é processo fundamental para a formação de professores e está diretamente ligado. (...) O exercício da participação na gestão do processo de formação docente passa própria formação como fator de viabilização de tal participação. São eixos de ligação extrema, pois é a própria formação quem dá condições no processo de gestão democrática, ao mesmo tempo em que tal processo de gestão é fundamental para que a formação reflexiva dos professores se configure como formação dos professores em coletividade buscando inclusive, sua articulação diante das dificuldades hoje existentes nas organizações escolares. Compreende-se, assim, a gestão e a formação contínua como práticas articuladas da organização escolar.

Contudo, as práticas de formação continuada e de gestão escolar democrática e participativa dependem uma da outra, pois uma gestão democrática faz toda diferença no contexto escolar. A articulação entre as práticas de gestão da escola e a formação continuada dos professores, “requer um conjunto de competências a serem desenvolvidas no âmbito da escola e do trabalho dos professores” (Libâneo, 2013).

Dessa forma, se destaca a responsabilidade mais direta da gestão escolar em tomar posição sobre as necessidades que devem ser trabalhada na escola, no que diz respeito às reuniões, elaboração de projetos e relação com os professores e demais funcionários que fazem parte da sua equipe de trabalho.

Como expõe Konder (1992) a *práxis* é a atividade concreta pela qual o sujeito se afirma no mundo, modificando a realidade objetiva e sendo modificado, não de modo espontâneo, mecânico e repetitivo, mas, reflexivo, pelo autoquestionamento, remetendo a teoria à prática e vice-versa.

Os dados de 2004 do Inep indicaram a universalização da educação ambiental no ensino fundamental, com um expressivo número de escolas – 94,95% – que declaram ter educação ambiental de alguma forma, por inserção temática no currículo, em projetos ou, até mesmo, uma minoria, em disciplina específica. Em termos do atendimento, existiam em 2001 cerca de 25,3 milhões de crianças com acesso à educação ambiental, sendo que, em 2004, esse total subiu para 32,3 milhões (Brasil, 2007a).

Com esses dados, aumenta a responsabilidade das instâncias educadoras de formar professores atuantes em processos de busca de conhecimentos, pesquisa e intervenção educacional cidadã. E para propiciar essa educação ambiental nas escolas, o MEC criou o programa *Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas* com uma visão sistêmica de crescimento constante. O programa foi pensado como um círculo *virtuoso* contendo ações e práticas integradas, contínuas e transversais a todas as disciplinas. As ações se distribuem em quatro modalidades: difusa, presencial, educação à distância e ações estruturantes.

A modalidade **difusa** atua por meio de campanhas pedagógicas com forte componente de comunicação de massas, sempre cuidando para difundir conceitos complexos sem cair na superficialidade. Campanhas essas que permitem ampliar a participação e mobilização da sociedade, tendo a escola como espaço privilegiado de educação permanente e para todos.

Um exemplo de ação difusa é a Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, que envolve milhões de pessoas no debate de questões socioambientais. Além de ser conceitualmente sólida, a Conferência propicia a adoção de uma atitude responsável e comprometida da comunidade escolar com problemáticas locais e globais. Nas escolas são assumidas propostas, responsabilidades e ações, na proporção de seu acesso às informações e ao poder, a respeito de questões fundamentais para a convivência planetária.

A riqueza desse processo pode ser visibilizada na pesquisa e nos debates realizados em cada escola, cada sala de aula e em cada comunidade indígena, quilombola, de assentamentos rurais e de meninos e meninas em situação de rua.

A modalidade **presencial** é dedicada à Formação de Professores, que deve acontecer tanto como formação inicial nas licenciaturas como também como formação continuada de professores em serviço.

A Lei nº 9.795/99, que estabelece a PNEA, afirma, em seu artigo 2º, que “a educação ambiental é um componente essencial e permanente na educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”.

O artigo 3º, inciso II, complementa a idéia ao prescrever que cabe às “instituições educativas promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem”. Instâncias dialógicas, onde circulam conhecimentos e experiências da práxis pedagógica, são fundamentais para a formação de professores, pois estes aprendem principalmente com a troca de vivências.

Em encontros e seminários voltados para educação ambiental, o trabalho formativo de professores inclui: o aprofundamento conceitual que permita a

produção de conhecimentos locais significativos; e também a experimentação de algumas práticas como, por exemplo, a metodologia de projetos de intervenção, por meio de instrumentos como a pesquisa-ação-participativa e o fomento à relação escola-comunidade.

Esses encontros instigam o professor a pensar na educação e no meio ambiente sob uma perspectiva provocadora, tendo como premissas o exercício da cidadania quanto ao acesso aos bens ambientais, enfocando o caráter coletivo de sua responsabilidade pela sustentabilidade local e planetária.

Para Lück (2012, p.15),

A formação continuada de professores, quando proposta regional e conjuntamente por grupos diversificados da sociedade, como ONGs, universidades e secretarias de educação, empodera os atores sociais, fortalecendo, assim, políticas locais de educação ambiental.

A Formação Continuada de Professores, quando proposta regional e conjuntamente por grupos diversificados da sociedade, como ONGs, universidades e secretarias de educação, empodera os atores sociais, fortalecendo, assim, políticas locais de educação ambiental podendo ser desenvolvida **a distância** e através de **ações estruturantes** como as orientadas pelas autoridades constituídas da educação nacional.

Procurámos com esta base de dados teóricos estabelecer uma sincronização com a metodologia de estudo e seus instrumentos.

3 METODOLOGIA

3.1. Opção metodológica

O estudo segue uma metodologia qualitativa e interpretativa, com um design de estudo de caso, já que persegue o objetivo de compreender as motivações de um grupo e interpretar o uso da educação ambiental na Gestão Escolar Participativa. O fato de se pretender recolher dados no ambiente natural em que as ações ocorrem, descrever as situações vividas pelos participantes e interpretar os significados que estes lhes atribuem, justifica a realização de uma abordagem qualitativa. Godoy (1995, p. 12) aponta a existência de, pelo menos, três diferentes possibilidades oferecidas pela abordagem qualitativa: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia.

O estudo de caso enquadra-se como uma abordagem qualitativa e é frequentemente utilizado para coleta de dados na área de estudos organizacionais. Segundo Yin (2005) e Fachin (2001) para se discutir o Estudo de Caso três aspectos devem ser considerados: a natureza da experiência, enquanto fenômeno a ser investigado, o conhecimento que se pretende alcançar e a possibilidade de generalização de estudos a partir do método.

Quanto à profundidade ou natureza da experiência, para Stake (1999), o aspecto mais interessante no estudo de caso é a sua natureza: ele está epistemologicamente em harmonia com a experiência daqueles que com ele estão envolvidos e, portanto, para essas pessoas constitui-se numa base natural para generalização. Isto é especialmente importante na área de ciências sociais onde os estudos estão fundamentados na relação entre a profundidade e tipo da experiência vivida, a expressão desta experiência e a compreensão da mesma.

O estudo de caso nos permitiu investigar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, “quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes, o que nos permite utilizar múltiplas fontes de evidências” (Yin, 2005, p.7).

O enfoque da pesquisa foi qualitativo, uma vez que os fenômenos foram analisados na sua complexidade e singularidade (Bogdan & Biklen, 1994). Na abordagem qualitativa, pesquisador e pesquisado estabelecem uma relação de interdependência. Segundo Chizzotti (1991, p. 79),

O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

A discussão e a análise dos dados estão organizadas em partes. Na primeira, utilizamos dados oriundos da observação do campo de pesquisa, depois dos inquéritos por aplicados aos alunos e professores e por ultimo do inquérito por entrevista aplicado aos gestores destacando aspectos quantificáveis como: idade, tempo de docência e de trabalho na escola. Em sequência, apresentamos dados obtidos nas entrevistas, numa análise qualitativa.

Procuramos enfatizar o aspecto qualitativo da investigação, adotando uma metodologia que de acordo com Hoepfl (1997, p. 47) “têm se mostrado uma ferramenta poderosa para reforçar a compreensão dos processos de ensino e aprendizagem”. Contudo, integramos no estudo uma análise quantitativa, buscando fazer o que Fielding & Fielding (1986 citados por Gray, 2012) apontam como uma associação possível e, até mesmo, desejável.

3.2. Descrição do estudo

Marçal (2005, p.34) nos orienta para o sentido da escola nas séries do Ensino Fundamental, destacando que esse espaço educativo representa o lugar por excelência para as orientações sócio-ambientais, oferecendo a possibilidade de promover mudanças nos valores pessoais dos alunos em busca de atitudes que se ajustem à realidade.

Considerando a importância da escola na formação de indivíduos críticos, que ajam eticamente e que sejam capazes de colaborar para a proteção do meio ambiente e para a melhoria da qualidade de vida, é importante a realização de estudos que analisem se a Educação Ambiental processada no ambiente escolar está sendo efetiva nos referidos aspectos.

Esse foi o caminho investigado por nós e para tanto lançamos mão de orientações dos especialistas em metodologia da pesquisa para nos orientar no percurso dessa investigação.

Neste estudo foram usados os métodos de abordagem qualitativo e quantitativo. O qualitativo busca uma compreensão mais profunda a acerca da realidade escolar empregando a técnica da entrevista, a qual foi dirigida ao gestor geral da escola, lugar da investigação e a Secretaria de Educação Municipal. Também utilizamos o inquérito por questionário dirigido aos professores e alunos da referida escola.

Os dados coletados foram analisados e interpretados buscando revelar as características do ambiente escolar, sabendo que o produto final da pesquisa qualitativa é um relatório analítico do discurso verbal e não verbal do público investigado, enquanto a pesquisa quantitativa preocupa-se com os levantamentos de dados sobre as motivações de um grupo, em compreender e interpretar a educação ambiental na Gestão Escolar Participativa.

Na mesma medida, Minayo orienta que,

O objeto das Ciências Sociais é *essencialmente qualitativo*. A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que

qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela. Portanto, os códigos das ciências que por sua natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de contê-la. As Ciências Sociais, no entanto, possuem instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da suntuosidade que é a vida dos seres humanos em sociedades, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória (Minayo, 2001, p.16).

Em continuação a autora destaca que para que isso seja possível devemos abordar o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações. É desse caráter especificamente qualitativo das ciências sociais e da metodologia apropriada para reconstruir teoricamente seu significado que trata o presente trabalho.

3.3. Participantes

Os sujeitos desta pesquisa foram os integrantes do quadro funcional da Escola Municipal Gastão Dias Vieira, a citar: os alunos do 9.º ano, a gestora geral, o gestor adjunto, os professores e administrativos operacionais que fazem parte do ambiente escolar e os alunos, embora nem todos estes tenham sido investigados.

Para termos conhecimento do quantitativo de pessoas investigadas, procurámos identificar nos documentos escolares, os alunos regularmente matriculados e que frequentam as aulas do 9.º ano do ensino fundamental, dados esses encontrados nos diários de classe e nos dossies de matrícula de cada aluno; quanto aos professores precisamos fazer o levantamento dos componentes curriculares exigidos em Lei e assim chegar ao quantitativo de professores que atuam nesse ano letivo bem como sua titulação e seu tempo de formação docente e de serviço na referida escola, lugar da investigação.

Os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental estão assim organizados em relação às áreas de conhecimento:

- I. Linguagens:
 - a) Língua Portuguesa;
 - b) Língua estrangeira moderna;
 - c) Arte;
 - d) Educação Física;
- II. Matemática;
- III. Ciências da Natureza;
- IV. Ciências Humanas:
 - a) História;
 - b) Geografia;
- V. Ensino Religioso.

A seguir incluímos as Tabelas que informam esses dados dos sujeitos que fazem parte do quadro funcional da escola, conforme já identificados antes.

Tabela 1: Número de sujeitos participantes da investigação

Função	Nível de Formação	Condição Profissional	Total
Gestor	Superior	Concursado/Contratado	02
Adjunto	Superior	Contratado	01
Professores	Superior/ pós-graduado	Nomeados/Concursados, Contratados	09
Coordenador	Superior	Concursado	01
Agente administrativo	01 – Ensino médio 01 – Ensino Superior	Concursados	02
Serviços gerais	Ensino fundamental Médio e Superior	Concursados	04
Total de sujeitos			19

Fonte: Projeto Político Pedagógico da Escola

Percebemos que existe um total de quinze pessoas atuando no quadro de trabalho, incluindo somente os professores que atuam no 9.º ano (Ensino Fundamental - séries finais), lugar específico do recorte espacial e temporal que fazemos nessa investigação.

Os professores, sujeitos da pesquisa estão assim distribuídos pelas áreas do conhecimento definidas de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (Brasil, 1997):

Tabela 2: Quantidade de professores por disciplina

Áreas do Conhecimento	Disciplinas	Quantidade de Professores
Língua Portuguesa	Letras	01
Língua Estrangeira	Ingles/Espanhol	01
Artes	Artes	01
Educação Física	Educação Física	01
Matemática	Matemática	01
Ciências da Natureza	Biologia	01
História	História	01
Geografia	Geografia	01
Ensino Religioso	Teologia	01
Total de professores		09

Fonte: Projeto Político Pedagógico da Escola

Quanto aos alunos, são jovens na faixa etária de 10 a 14 anos conforme nos foi informado pela direção da escola, em sua maioria filhos de pescadores, marisqueiros, vendedores ambulantes e educadores, que moram nas imediações da comunidade em Outeiro – Cedral, embora tenham alunos que moram em outras comunidades, são adolescentes que por necessidade econômica ajudam os pais nas tarefas domésticas e de complementação e renda, embora frequentem a escola até para obterem uma ajuda do governo federal denominada “Bolsa Escola”, a qual é dada mensalmente aos pais de família que tem filhos em idade escolar, para os manterem na escola.

Para efeito de melhor compreensão esse universo investigado, apresentamos na Tabela 3 seguinte, o quantitativo dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental da escola investigada, além de sua distribuição por sexo:

Tabela 3: Número de alunos do 9º Ano matriculados na escola investigada

Turma	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total
A	16	23	39
B	13	12	25
Total			64

Fonte: Projeto Político Pedagógico da Escola

3.4. Método e técnicas de recolhimento de dados

Como instrumento para recolhimento de dados foi utilizado às visitas *in loco* a escola, lugar da investigação para observar e registrar a rotina da escola investigada, estes registros nos foi útil para resgatarmos a historicidade da escola e seu dia a dia.

A aplicação de inquéritos por entrevista e por questionário, envolvendo os sujeitos da pesquisa visando obter as vozes dos sujeitos implicados no contexto investigado foi também um contributo para o estudo do “caso”, a fim de que se obtivesse as informações necessárias sobre o perfil dos sujeitos que vivenciam a rotina da escola sob o pontod e vista da aplicabilidade da Educação Ambiental.

Nesse sentido, fizemos um protocolo para o desenvolvido do estudo de caso que nos guiou nos passos procedimentais utilizando as regras que a leitura da obra “Estudo de Caso” de Robert Yin (2005) nos aponta a fim de aumentar a confiabilidade da pesquisa e ao mesmo tempo nos servir como guia ao longo das atividades do estudo.

O protocolo citado organizou-se a partir dos registros de campo de forma sumária, informando sobre o “background” teórico que sustentou o estudo, apresentado no alinhamento com os objetivos do estudo e suas questões orientadoras iniciais. Sem perdermos de vista que precisaríamos nos ater nas

reflexões teóricas sobre ensino fundamental, LDB 9.394/96, CF 1988, gestão democrática participativa e educação ambiental, sua trajetória no Brasil, seus contornos a nível nacional e como é tratada nesse contexto escolar.

Para Minayo (2001) como os dados são coletados em um ambiente não controlado, isto é, em contexto real, é o investigador que deve adaptar seu plano de coleta de dados e informações à disponibilidade dos entrevistados, ou seja, é o entrevistador que deve se introduzir no mundo do objeto, e não o contrário, como ocorre com estratégias de pesquisa em ambiente controlado.

Isso significa que o comportamento do pesquisador pode sofrer restrições. Por isso, é importante ter em mente que não se poderá contar com instrumentos rígidos (tipo questionário com questões de múltipla escolha), pelo contrário, o mais indicado é formular diretrizes sobre o comportamento do investigador no campo investigado, dessa forma selecionamos os seguintes passos de entrada e permanência no campo investigado: autorização da SEMED para a entrada e permanência na escola investigada por um período necessário a coleta e registro das informações que atendessem aos nossos objetivos e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) dos implicados no contexto da investigação.

Para tanto, além da leitura de autores especialistas em metodologia da investigação, procurámos nos munir de técnicas que possibilitassem utilizar a melhor maneira e em menos tempo à coleta dos dados, sem perder de vista que nem sempre conseguiríamos que havíamos planejado.

3.4.1. O inquérito por entrevista

Para Bogdan & Biklen (1994, p.38) esta estratégia de recolha de dados é especialmente adequada quando a mesma tem por objetivos:

- a) Analisar o sentido que os atores atribuem às suas práticas e aos acontecimentos com os quais são confrontados (referências

normativas, interpretações em situações reais, leituras que fazem das suas próprias vivências);

- b) analisar um problema específico (pontos de vista, sistemas de relações, funcionamento de uma escola);
- c) reconstituir um processo em ação, experiências ou acontecimentos presentes.

O inquérito por entrevista assume um conjunto de particularidades e vantagens, destacadas por Bogdan & Biklen (1994) e Quivy & Campenhoudt (1995) tendo em vista o grau de profundidade dos elementos de análise, a flexibilidade que permite recolher os testemunhos e as interpretações dos interlocutores, respeitando os seus próprios quadros de referência (linguagem e categorias mentais), garantindo, por isso, menor ambiguidade.

Ainda, tivemos a preocupação de realçar a possibilidade de recolha de informação válida junto de informadores privilegiados (gestores escolares, professores e alunos), focando-se a entrevista com respondentes bem informados sobre o contexto investigado (Demazière & Dubar, 1997; Ruquoy, 1997).

Esta estratégia possibilita, assim, a obtenção de uma perspetiva global sobre a organização, o conhecimento da estrutura, das políticas, da história e dos planos da organização. Os dados recolhidos poderão, numa etapa final do processo, ser comparáveis entre os vários participantes no estudo.

Sobre o desenho do guião do **inquérito por entrevista aplicada a Secretária de Educação Municipal** foram feitas perguntas pertinentes a:

1. Como está sendo desenvolvida e implementada na escola a gestão participativa?
2. Como essa Secretaria trabalha e orienta aos gestores escolares a inclusão da educação ambiental na escola?
3. Quais as contribuições dessa Secretaria para o desenvolvimento da educação ambiental?

3.4.2. O inquérito por questionário

Sobre o desenho do **inquérito por questionário ao gestor da escola e aos alunos**, no quadro seguinte apresentam-se as questões e os objetivos aos quais pretendemos responder com essas questões.

Ao Gestor da Escola:

Quadro 1: Desenho do questionário aos gestores

Objetivo 1: Conhecer as ações da escola em prol da educação ambiental?	
Pergunta: A Escola desenvolve ações em prol da educação ambiental? Como?	Objetivo/Finalidade Identificar as ações da escola em prol da educação ambiental.
Objetivo 2: Conhecer as ações relacionadas a Educação Ambiental que permite a participação de docentes e discentes.	
Pergunta: Quais as ações relacionadas a Educação Ambiental que permite a participação de docentes e discentes? Como acontece?	Objetivo/Finalidade Identificar os elementos que identificam as ações relacionadas a Educação Ambiental que permite a participação de docentes e discentes.
Objetivo 3: Identificar se Estudantes, Docentes e comunidade demonstram-se preocupados com a questão ambiental.	
Pergunta: Os Estudantes, Docentes e comunidade demonstram preocupação com a questão ambiental?	Objetivo/Finalidade Identificar o grau de preocupação dos Estudantes, Docentes e comunidade com a questão ambiental.
Objetivo 4: Identificar de qual forma a educação ambiental está inserida nos componentes curriculares.	
Pergunta: Como é feita a inserção da educação ambiental no currículo escolar?	Objetivo/Finalidade Elencar como é feita a inserção da educação ambiental no currículo escolar.

Objetivo 5: Listar os resultados significativos alcançados a partir do desenvolvimento de ações, projetos sobre Educação Ambiental na Escola Municipal Gastão Dias Vieira em Outeiro de Cedral - Maranhão - Brasil.	
Pergunta: Quais os resultados significativos alcançados pelas ações e projetos sobre Educação Ambiental na Escola Municipal Gastão Dias Vieira em Outeiro de Cedral - Maranhão - Brasil.	Objetivo/Finalidade Identificar como está sendo desenvolvida a educação ambiental na gestão escolar participativa na Escola Municipal Gastão Dias Vieira em Outeiro de Cedral - Maranhão - Brasil
Objetivo 6: Identificar se a escola tem parceria com outros setores da comunidade.	
Pergunta: A escola conta com a parceria de outras instituições civis ou jurídicas que se preocupam com a Educação Ambiental? Quais?	Objetivo/Finalidade Elencar as parcerias da escola com vistas a educação ambiental.
Objetivo 7: Identificar no Projeto de Gestão da Escola ou no Projeto Político Pedagógico a presença dos elementos da Educação Ambiental.	
Pergunta: No Projeto de Gestão da Escola ou no Projeto Político Pedagógico, a Educação Ambiental está contemplada de que forma?	Objetivo/Finalidade Destacar em quais Projetos da escola a educação ambiental está presente.
Objetivo 8: Identificar como gestor(a) da escola, como você articula o envolvimento ou participação da comunidade escolar na discussão de questões relacionados aos problemas ambientais.	
Pergunta: Como o gestor se articula com a comunidade escolar na discussão dos problemas ambientais?	Objetivo/Finalidade Elencar as articulações feitas pelo gestor da escola com a comunidade.

Inquérito por questionário feito aos alunos da Escola:

Quadro 2: Desenho do questionário aos alunos

Objetivo 1: Investigar ações desenvolvidas em prol da educação ambiental.	
Pergunta: Como são desenvolvidas as ações em prol da educação ambiental?	Objetivo/Finalidade
	Identificar os elementos que identificam a importância da educação ambiental no ambiente escolar.
Objetivo 2: Conhecer a importância de trabalhar a educação ambiental no ambiente escolar	
Pergunta: Qual a importância de trabalhar a educação ambiental no ambiente escolar?	Objetivo/Finalidade
	Identificar os elementos que identificam a importância da educação ambiental no ambiente escolar.
Objetivo 3: Identificar os motivos da política da educação ambiental está/ não sendo aplicada na escola.	
Pergunta: Qual o perfil dos gestores escolar com relação ao uso da educação ambiental?	Objetivo/Finalidade
	Elencar os motivos que não permitem que a educação ambiental seja aplicada na escola de forma contextualizada.

Quanto ao desenho do **inquérito por questionário aos professores**, no quadro seguinte apresentam-se as questões e os objetivos que pretendemos responder com essas questões.

Quadro 3: Desenho do questionário aos professores

Objetivo 1: Investigar ações desenvolvidas em prol da educação ambiental.	
Pergunta: Como são desenvolvidas as	Objetivo/Finalidade

ações em prol da educação ambiental?	Relacionar as ações desenvolvidas as ações em prol da educação ambiental
Objetivo 2: Conhecer a importância de trabalhar a educação ambiental no ambiente escolar.	
Pergunta: Qual a importância de trabalhar a educação ambiental no ambiente escolar?	Objetivo/Finalidade
	Identificar os elementos que identificam a importância da educação ambiental no ambiente escolar.
Objetivo 3: Conhecer o perfil dos gestores escolar com relação ao uso da educação ambiental	
Pergunta: Qual o perfil dos gestores escolar com relação ao uso da educação ambiental?	Objetivo/Finalidade
	Caracterizar o perfil dos gestores escolar com relação ao uso da educação ambiental.
Objetivo 4: Identificar os motivos da política da educação ambiental está/ não sendo aplicada na escola.	
Pergunta: Enumerar os motivos da política da educação ambiental está/ não sendo aplicada na escola?	Objetivo/Finalidade
	Elencar os motivos que não permitem que a educação ambiental seja aplicada na escola de forma contextualizada.
Objetivo 5: Conhecer a educação ambiental na gestão escolar participativa na Escola Municipal Gastão Dias Vieira em Outeiro de Cedral - Maranhão.	
Pergunta: Como está sendo desenvolvida a educação ambiental na gestão escolar participativa na Escola Municipal Gastão Dias Vieira em Outeiro de Cedral - Maranhão.	Objetivo/Finalidade
	Identificar como está sendo desenvolvida a educação ambiental na gestão escolar participativa na Escola Municipal Gastão Dias Vieira em Outeiro de Cedral - Maranhão.

3.5. Método e técnicas de análise dos dados

Segundo Minayo (2001, p. 48), o que dá importância a pesquisa qualitativa é a qualidade e a profundidade de dados descobertas, a partir dos fenômenos sociais em contextos específicos. Na pesquisa qualitativa o foco está na interpretação, valorizando o processo e o seu significado. A pesquisa qualitativa é analítica, explicativa, ou seja, ela é regida pelos dados que gerarão conclusões e reflexões, baseados na complexidade da sociedade onde a pesquisa foi gerada.

Um dos métodos para análise de dados recolhidos através da pesquisa qualitativa é o método de triangulação sistemática pode ser compreendido em Flick (2009), quando afirma que, ela pode ser conseguida da combinação de métodos de pesquisa adequados, aqueles que sejam apropriados para levar em conta o máximo possível de aspectos distintos de um mesmo problema. Triangulação é tipicamente uma estratégia para melhorar a validade e a confiabilidade da pesquisa. Mathison (1988, p.65) diz que:

Triangulação tem crescido um importante problema metodológico na abordagem qualitativa para avaliar em ordem de controlar a polarização e estabelecer proposições válidas porque técnicas científicas tradicionais são incompatíveis com essa epistemologia alternativa.

Como instrumento para análise de dados utilizaremos o cruzamento dos resultados utilizando a técnica de Triangulação a qual Patton (2001, p.47) identifica como “um estudo de combinação de métodos. Isso pode significar estudo de vários tipos de métodos ou dados, incluindo o uso tanto de uma abordagem quantitativa quanto qualitativa”.

A Triangulação deve incluir múltiplos métodos de análise de dados, mas não deve sugerir um método fixo para todos os pesquisadores. Os métodos escolhidos na triangulação para testar a validade e a confiabilidade de um estudo dependem do critério de pesquisa.

Acoplando múltiplos métodos, como a observação, entrevistas e questionários o investigador terá uma construção de realidades mais válida, de confiança e diversificada. Para melhorar a análise e entendimento da triangulação o investigador deve envolver várias interpretações de dados em diferentes tempos e lugares de investigadores.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Apresentámos neste Capítulo os dados obtidos no nosso estudo, e de seguida faremos as devidas análises dos mesmos tomando como aporte teórico os dados obtidos e apresentados na discussão teórica quando nos apropriamos da legislação nacional brasileira e dos teóricos que tratam do objeto investigado, seja no campo da gestão escolar democrática e participativa, seja na compreensão da educação ambiental como um tema transversal, interdisciplinar, obrigatório na escola básica de nosso país.

Usamos nossas observações de campo como referência às questões levantadas para pesquisa, onde pudéssemos caracterizar a escola campo da investigação, seus sujeitos, as formas de ensino e aprendizagem desenvolvidas, os projetos pertinentes a transdisciplinaridade com vista à inclusão da Educação Ambiental no contexto de estudo.

Foram questionamentos trazidos, em um primeiro momento, da nossa prática de docente que na caminhada profissional que fizemos até aqui, deparou-se com as implicações que a Educação Ambiental tem na formação escolar dos alunos do ensino fundamental de nossa comunidade e na gestão participativa cultivada na escola.

As teorias de aprendizagem com as quais nos deparamos durante o mestrado, contudo, contribuiu em muito para ampliar os nossos questionamentos, na medida em que foi possível àquela época discutirmos diversos teóricos da gestão escolar.

Buscamos, assim, nos apropriarmos dessas reflexões para destacar as categorias de análise que de forma organizacional estivessem vinculadas ao tema que estamos a tratar, qual seja a Gestão Escolar Democrática e a Educação Ambiental, como categorias de análise que nortearam nossa investigação:

Quadro 4: Categorias de análises da pesquisa

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GESTÃO ESCOLAR PARTICIPATIVA			
Conceito de Educação Ambiental	Conceito de Gestão Participativa	Importância da Educação Ambiental	Importância da Gestão Democrática Participativa
MODALIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL			
Difusa	Presencial	À distância	Ações Estruturantes

O conceito de Educação Ambiental do qual nos apropriamos é o que a Coordenação de Educação Ambiental do MEC produziu no documento denominado "Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade (Brasil, 2007b)", o qual destaca que existem pontos que orientam e traduzem o que seja Educação Ambiental, a saber:

A Educação Ambiental é um processo dinâmico e como tal é permanente, envolvendo aos indivíduos e a comunidade através dos seus discursos e ações tendo em vista prevenir e resolver os problemas ambientais de sua comunidade (p.34).

Nessa ótica procurámos no momento da estada em campo perceber como a escola lugar da investigação, colocava em prática esse ponto que identifica a noção do que seja Educação Ambiental. E, identificámos na primeira semana do mês de maio de 2017, quando iniciamos nossa pesquisa de campo, propriamente dita, com autorização da Secretaria de Educação (SEMED) e a concordância da gestora da escola investigada, que esta escola promove em sua rotina elementos que podem ser identificados como sendo de educação ambiental em processo, através de projetos educativos que visam conscientizar aos alunos e a comunidade sobre a importância da Educação Ambiental, além disso, a escola referida também coloca em ação propostas permanentes de reciclagem de lixo, economia de água potável,

aproveitamento de resíduos líquidos e sólidos, além de reutilização de recipientes descartáveis.

No período de nossa estada em campo a escola estava desenvolvendo o projeto “Horta Escolar” com os alunos do 9.º ano, organizado pela professora 1, que ministra o componente curricular de Ciências e contando com o apoio de outros professores de outras áreas de conhecimento.

Para o desenvolvimento desse projeto, a referida professora nos informou que procurou orientação no site do MEC onde está disponível uma obra denominada “Horta: a escola promovendo hábitos alimentares saudáveis” (2001), onde existem informações básicas para plantar, armazenar e preparar hortaliças em espaços pequenos, como o que foi utilizado na escola.

Fotografia 1: Horta escolar



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador

Nesse contexto também foi possível acompanhar outros projetos como a da Coleta seletiva do lixo produzido na escola, que é um projeto de caráter permanente, o qual atende a outro ponto considerado importante na Educação Ambiental: a dinâmica integradora que o mesmo permite, pois todos os sujeitos do contexto em algum momento produzem lixo e esse lixo é

selecionado conforme sua origem, sendo depositado em containeres de cores diferentes, adquiridos com recursos da escola para ajudar a manter limpo e saudável o ambiente escolar, resolvendo muitos dos problemas ambientais decorrentes do acúmulo de lixo, tais como contaminação das águas, doenças contagiosas, criação de moscas e baratas, que acabam infestando o ambiente trazendo doenças.

Fotografia 2: Lixeiras para coleta seletiva



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador

Identificamos também que a escola realizou uma Semana de Arte onde a criatividade dos alunos foi explorada através da confecção de bonecas de crochê e outros utensílios de uso caseiro feitos com garrafas pet e bonecas com crochê, as quais foram expostas e até vendidas para gerar renda, dividida por orientação da gestora entre os alunos e a escola. Esta feira contou com a participação de todos os professores dos alunos do 8.º e 9.º ano da escola.

Fotografia 3: Feira de arte com material reciclável



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador

Assim, a Educação Ambiental para além de abrangente, pode ser vista envolvendo a todos os segmentos da escola, possibilitando uma dinâmica integradora e ao mesmo tempo transformadora da realidade vivida, consolidando e imprimindo aos alunos dessa escola, novos valores, conhecimentos, competências, habilidades e atitudes que refletirá na implantação de uma nova ordem ambientalmente sustentável de forma participativa nos processos coletivos.

Para, além disso, a Educação Ambiental é feita a partir de qualquer que seja o ambiente social, desde a família, a escola, a igreja, a praça, enfim tem uma ação globalizadora e permanente, pois as questões ambientais se dão de modo crescente e continuado, não se justificando sua interrupção.

Percebemos que a Educação Ambiental que se desenvolve na escola investigada é presencial, embora, não no sentido de uma preocupação com a formação dos professores, conforme a legislação educacional brasileira orienta, mas é presencial e concreta na medida em que, mesmo com as

limitações da formação inicial e continuada dos professores, estes vão se arriscando a fazer Educação Ambiental de forma transversalizada por áreas de conhecimento as quais comportam ações estruturantes que instigam o professor a pensar a educação no/do meio ambiente sob uma perspectiva inovadora, tendo como premissas tanto o exercício da cidadania quanto o acesso aos bens ambientais, enfocando o caráter coletivo de sua responsabilidade pela sustentabilidade local e planetária.

Para Lück (2012, p.15),

A formação continuada de professores, quando proposta regional e conjuntamente por grupos diversificados da sociedade, como ONGs, universidades e secretarias de educação, empodera os atores sociais, fortalecendo, assim, políticas locais de educação ambiental.

Procurámos com esta base de dados teóricos estabelecermos uma sincronização com a metodologia de estudo e seus instrumentos utilizados na recolha dos dados, como o inquérito por entrevistas aplicado aos gestores e por questionário aplicado aos professores e alunos.

Em continuação a esta análise dos dados coletados, utilizámos a Entrevista feita a Secretaria de Educação Municipal, depois o inquérito por questionário com os alunos, seguido aos professores e um elemento da gestão da escola. Estes instrumentos foram utilizados porque permitiu-nos saber o que seja Educação Ambiental para eles; como são desenvolvidas as ações em prol da educação ambiental; qual a sua importância da Educação Ambiental nesse contexto investigado? Qual o perfil dos gestores escolar com relação ao uso da Educação Ambiental na escola investigada?

Na entrevista com a Senhora Secretaria de Educação elaboramos duas questões norteadoras do diálogo que mantivemos com a mesma, no sentido de aperfeiçoarmos o tempo que a mesma nos disponibilizou que para nós, foi exíguo, diante de nossa expectativa de sua fala.

4.1. Inquérito por entrevista com Secretária de Educação Municipal

1ª Pergunta - Qual o plano de Gestão Municipal que a Secretaria Municipal de Educação tem sobre a Educação Ambiental a ser desenvolvida nas escolas desse município?

Resposta da Senhora Secretária de Educação: *“Nesta gestão pretendemos desenvolver projetos nas escolas do município em prol do meio ambiente como: horta escolar em todas as escolas do Município de Cedral para sensibilizar os alunos sobre a importância do meio ambiente, motivando a sustentabilidade e os cuidados que devemos ter com o meio ambiente. Por outro lado, pretendemos também trabalharmos no sentido de diminuir a quantidade de lixo, através da coleta de lixo e para isso pretendemos ter a disponibilidade da administração municipal, na pessoa do Senhor Prefeito, dos caminhões de coleta de lixo domiciliar, pelo menos duas vezes por semana, bem como da construção de um espaço para o depósito desse lixo domiciliar, onde ele possa ser selecionado e descartado, além disso, nos cabe organizar uma equipe pedagógica que se responsabilize pelos projetos nas escolas, a fim de orientar aos professores e administrativos sobre a coleta e reaproveitamento de lixo, pois este lixo pode ser reutilizado para adubação de plantio caseiro, ornamentação, para adubo, reaproveitamento de materiais e o incentivo a coleta seletiva. Além disso, pretendemos realizar campanhas sobre o cuidado e o reaproveitamento da água e também realizar mutirão de limpeza das margens e do fundo dos rios e orla das praias com o apoio da comunidade escolar e outros parceiros”.*

2ª Pergunta - Quais políticas relacionadas ao Meio Ambiente a Secretaria de Educação tem desenvolvido no município de Cedral?

Resposta da Senhora Secretária – *Temos o Projeto de Horta Escolar e Coleta Seletiva, inclusive todas as escolas do município possuem as lixeiras para sensibilizar os alunos, professores e demais funcionários sobre a limpeza*

do ambiente escolar. Tudo isso para fortalecer o vínculo positivo entre a educação e a saúde, devemos promover um ambiente saudável melhorando a educação e o potencial de aprendizagem ao mesmo tempo em que promovemos a saúde de nossos alunos e seus familiares. Também queremos a formação e a adoção dos hábitos saudáveis em nossas crianças, pois é durante os primeiros anos de vida que ela estará formando seus hábitos, por exemplo, alimentares e atividade física. Além disso, queremos envolver as famílias de nossos alunos que podem com suas experiências particulares nos ajudar a manter a Educação Ambiental em movimento. Concluiu a Secretária de Educação.

Concluimos que a entrevista com a Secretária de Educação deixou a sensação de que muito se tem feito pela escola de ensino fundamental no município de Cedral, que também essa secretaria tem se esforçado para implementar a educação ambiental nas escolas municipais, no entanto a realidade vivida pelas escolas nesse povoado que fica distante da sede do município é bastante diferente, seja pelo descaso que as autoridades constituídas vem apresentando no decorrer do tempo pela educação municipal, ou mesmo estadual ou federal, (muitos estudos acadêmicos apontam essas falácias) seja porque estamos vivendo um período conturbado na política econômica do país (Brasil) o qual vem trazendo consequências danosas a educação básica bem como a outros setores da nossa sociedade.

A entrevistada tocou em pontos importantes, o qual em nosso trabalho coloca em discussão, assim podemos inferir que a mesma tem consciência da importância da Educação Ambiental, embora nem sempre a sua secretaria seja atuante e presente em tais problemas, conforme fomos percebendo no decorrer da nossa investigação as ações públicas para a escola municipal são pontuais e eleitoreiras, seja por falta de uma gestão democrática atuante, seja por ausência de projetos sociais que para serem executados, por falta de recursos econômicos, os quais nem sempre são priorizados pelo gestor municipal. Assim as ações ambientais presentes na escola investigada são mais provenientes da boa vontade e compromisso de alguns professores, mas

que acabam sendo assumida como ações da gestão municipal local, fato esse que pode ser visibilizado na pesquisa desenvolvida por nós, nessa escola.

4.2. Inquérito por questionário aos alunos do 9.º ano do ensino fundamental

De um universo de 64 alunos que estão regularmente matriculados e cursando o 9.º ano do Ensino Fundamental-séries finais, na escola investigada disponibilizamos uma matriz do referido questionário na forma online, mas, antes fomos a sala de aula para explicar como e porque estávamos fazendo aquela solicitação aos alunos e professores, aproveitando-nos das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), como artefato que faz parte das orientações curriculares transversais do ensino e da aprendizagem.

Por outro lado, a maioria dos alunos por possuírem celulares, foi muito fácil ter a concordância dos mesmos para participarem da enquete, dado que facilitou a publicação e disseminação da matriz do inquérito por questionário aos mesmos.

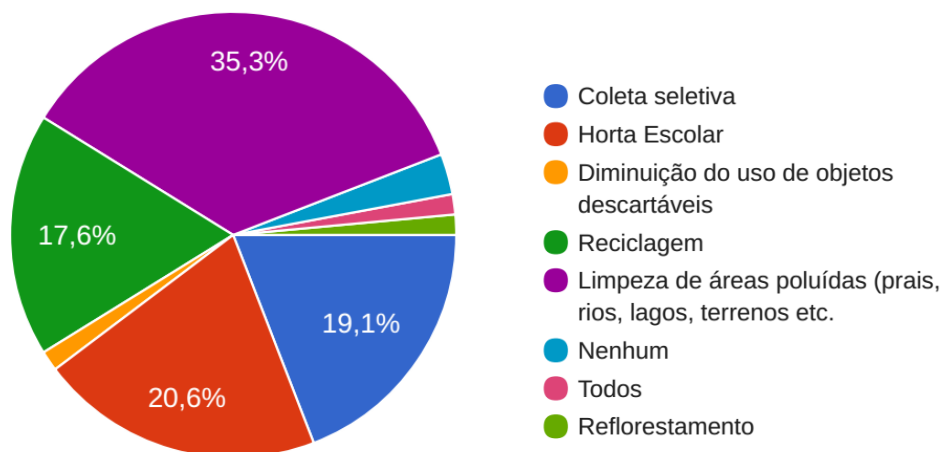
Dos alunos inquiridos, conseguimos que em média, 90% destes acessassem o email onde estava o inquérito por questionário e o respondessem.

Mediante a análise das respostas obtidas junto aos alunos podemos inferir que na primeira questão:

Quadro 5: Objetivo 1 do inquérito aplicado aos alunos do 9º ano

Objetivo 1: Investigar ações desenvolvidas em prol da educação ambiental.	
	Objetivo/Finalidade
Pergunta - Como são desenvolvidas as ações em prol da educação ambiental?	Identificar os elementos que identificam a importância da educação ambiental no ambiente escolar.

Gráfico 1: Gráfico que representa as ações desenvolvidas na escola



Nesta questão, 35,3% dos alunos responderam que as ações que são desenvolvidas em prol da educação ambiental na escola, estão focadas na limpeza das áreas poluídas nas praias, lagos e terrenos baldios; 20,6 % disseram que essas ações estão disseminadas na horta escolar, 19,1 % nos disseram que está localizada na coleta seletiva e 17,6% na reciclagem, outros responderam em percentuais menores diminuição de uso de objetos descartáveis, reflorestamento, nenhum e todos, foram às alternativas com menores percentuais.

Por ter estado na escola por um bom período de tempo observei que as respostas dadas pelos alunos são reais, nessa escola há a coleta de lixo, o plantio de árvores, o tratamento de mudas de verduras na própria escola e de ervas medicinais com a ajuda da professora de ciências, além de no período do inverno o aproveitamento da água da chuva para fazer a limpeza da escola de modo em geral.

As respostas dos alunos atendem aos objetivos propostos da enquete na medida em que todas as ações elencadas são de atendimento de relevância para a comunidade escolar.

Ao serem questionados se sabem o que seja Educação Ambiental, responderam os alunos, que é uma ação de cunho educativo, interdisciplinar

e contínuo, que visa contribuir para a tomada de consciência do indivíduo não só em relação ao meio natural, mas também social e econômico em prol do desenvolvimento sustentável. Claro que não responderam “ao pé da letra” dessa forma, mas fomos juntando cada fragmento de respostas, para destacarmos o seu conjunto, nesse conceito acima descrito, ou seja, o que os alunos queriam dizer sobre Educação Ambiental.

Quadro 6: Objetivo 2 do inquérito aplicado aos alunos do 9º ano

Objetivo 2: Conhecer a importância de trabalhar a Educação Ambiental no ambiente escolar.	
	Objetivo/Finalidade
Pergunta - Qual a importância de trabalhar a Educação Ambiental no ambiente escolar?	Identificar os elementos que identificam a importância da Educação Ambiental no ambiente escolar.

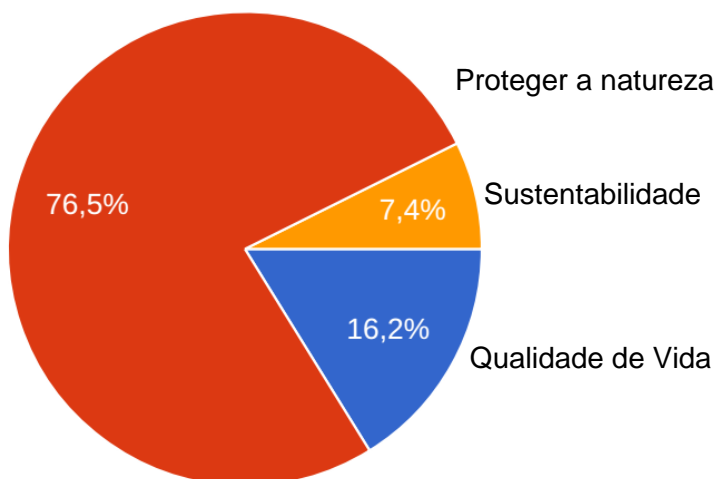
De um modo em geral os alunos respondentes afirmaram que a Educação ambiental é importante para a sustentabilidade da Terra, pois estamos degradando o meio ambiente com ações que banalizam algumas coisas como o uso da água, o assoreamento dos rios, jogar lixo nas praias, que vão matar os peixes.

Observámos que as respostas se coadunam com os pontos que os alunos descaram na primeira questão correspondente ao 1º Objetivo de nosso inquérito.

Quadro 7: Objetivo 3 do inquérito aplicado aos alunos do 9º ano

Objetivo 3: Identificar os motivos da política da Educação Ambiental estar ou não estar, não sendo aplicada na escola.	
	Objetivo/Finalidade
Pergunta – Por que estudar Educação Ambiental?	Elencar os motivos que não permitem que a Educação Ambiental seja aplicada na escola de forma contextualizada.

Gráfico 2: Por que estudar educação ambiental?



Nessa questão 76% dos alunos disseram que a educação ambiental tem o apoio mais dos professores do que da gestora da escola, principalmente dos professores de Ciências, Geografia e História e que esta contribue para proteger a natureza; 16,2% disseram que a Educação Ambiental traz qualidade de vida e 7,4% que a mesma promove sustentabilidade.

Afirmaram, os alunos, que muitos professores nunca trataram desse assunto em suas aulas e que às vezes consideram irrelevante os projetos sobre Educação Ambiental, pois segundo os mesmos “atrapalha o período das outras aulas”.

4.3. Inquérito por questionário aplicado aos Gestores

Quadro 8: Respostas do inquérito aplicado ao gestor

Objetivo 1: Conhecer as ações da escola em prol da educação ambiental? Como?	
Pergunta: A Escola desenvolve ações em prol da educação ambiental? Como?	Objetivo/Finalidade
	Identificar as ações da escola em prol da educação ambiental.
Resposta: Sim. Através projetos interdisciplinares como horta escolar, entre outros, e lixeiras seletivas.	
Objetivo 2: Conhecer as ações relacionadas a Educação Ambiental que permite a participação de docentes e discentes.	
Pergunta: Quais as ações relacionadas a Educação Ambiental que permite a participação de docentes e discentes? Como acontece?	Objetivo/Finalidade
	Identificar os elementos que identificam as ações relacionadas a Educação Ambiental que permite a participação de docentes e discentes.
Resposta: A construção das ações dar-se-á apenas com participação dos docentes, equipe gestora e coordenação pedagógica, através de análise e reflexão sobre determinadas situações.	
Objetivo 3: Identificar se Estudantes, Docentes e comunidade demonstram-se preocupados com a questão ambiental.	
Pergunta: Os Estudantes, Docentes e comunidade demonstram preocupação com a questão ambiental?	Objetivo/Finalidade
	Identificar o grau de preocupação dos Estudantes, Docentes e comunidade com a questão ambiental.
Resposta: As vezes	
Objetivo 4: Identificar de qual forma a educação ambiental está inserida nos componentes curriculares.	

Pergunta: Como é feita a inserção da educação ambiental no currículo escolar?	Objetivo/Finalidade
	Elencar como é feita a inserção da educação ambiental no currículo escolar.
Resposta: Através dos projetos e ações comunitárias feitas nas diversas disciplinas pelos professores. Resposta: De modo transversal e interdisciplinar	
Objetivo 5: Listar os resultados significativos alcançados a partir do desenvolvimento de ações, projetos sobre Educação Ambiental na Escola Municipal Gastão Dias Vieira em Outeiro de Cedral - Maranhão - Brasil.	
Pergunta: Quais os resultados significativos alcançados pelas ações e projetos sobre Educação Ambiental na Escola Municipal Gastão Dias Vieira em Outeiro de Cedral - Maranhão – Brasil?	Objetivo/Finalidade
	Identificar como está sendo desenvolvida a educação ambiental na gestão escolar participativa na Escola Municipal Gastão Dias Vieira em Outeiro de Cedral - Maranhão – Brasil.
Resposta: A redução dos focos de Aedes aegypti na comunidade, diminuição do descarte de lixo na orla marítima local após projeto de sensibilização que culminou com um multirão de limpeza.	
Objetivo 6: Identificar se a escola tem parceria com outros setores da comunidade.	
Pergunta: A escola conta com a parceria de outras instituições civis ou jurídicas que se preocupam com a Educação Ambiental? Quais?	Objetivo/Finalidade
	Elencar as parcerias da escola com vistas a educação ambiental.
Resposta: Sim. A colônia de pescadores	
Objetivo 7: Identificar no Projeto de Gestão da Escola ou no Projeto Político Pedagógico a presença dos elementos da Educação Ambiental.	
Pergunta: No Projeto de Gestão da Escola ou no Projeto Político Pedagógico, a Educação Ambiental está contemplada de que forma?	Objetivo/Finalidade
	Destacar em quais Projetos da escola a educação ambiental está presente.
Resposta: Está contemplada no plano de ação anual da instituição através de projetos.	

Objetivo 8: Identificar como gestor(a) da escola, como você articula o envolvimento ou participação da comunidade escolar na discussão de questões relacionados aos problemas ambientais.	
Pergunta: Como o gestor se articula com a comunidade escolar na discussão dos problemas ambientais?	Objetivo/Finalidade
	Elencar as articulações feitas pelo gestor da escola com a comunidade.
Resposta: A partir dos problemas ambientais locais.	

4.4. Inquérito por questionário aplicado aos professores

Quadro 9: Resposta do inquérito aplicado aos professores

Objetivo 1: Investigar ações desenvolvidas em prol da Educação Ambiental.	
Pergunta: Como são desenvolvidas as ações em prol da Educação Ambiental?	Objetivo/Finalidade
	Relacionar as ações desenvolvidas as ações em prol da Educação Ambiental.
Respostas: <ul style="list-style-type: none"> – Através de projetos, de informações e de aulas expositivas em nossas áreas de conhecimento. – Nem sempre faço este trabalho, por falta de tempo. – Não sei responder. – Através de planejamento de propostas educativas. – Nas atividades de Artes. – Nada a declarar (4 professores). 	
Objetivo 2: Conhecer a importância de trabalhar a educação ambiental no ambiente escolar.	
Pergunta: Qual a importância de trabalhar a Educação Ambiental no ambiente escolar?	Objetivo/Finalidade
	Identificar os elementos que identificam a importância da Educação Ambiental no ambiente

	escolar.
Respostas: <ul style="list-style-type: none"> – É importante tanto que é um tema transversal. – Não vejo tempo para trabalhar esse assunto. – Não tenho experiencia para declarar sua importancia . – Serve para manter o ambiente saudável. – É importante. – Não sei declarar (4) 	
Objetivo 3: Conhecer o perfil dos gestores escolar com relação ao uso da educação ambiental	
Pergunta: Qual o perfil dos gestores escolar com relação ao uso da educação ambiental?	Objetivo/Finalidade Caracterizar o perfil dos gestores escolar com relação ao uso da Educação Ambiental.
Respostas: <ul style="list-style-type: none"> – Ajudam na organização da escola, do lixo, dos projetos. – Não fazem nada, só acompanham. – Ajudam na organização dos eventos. – São colaboradores. – Não vejo. – Nada a declarar (4 professores). 	
Objetivo 4: Identificar os motivos da política da Educação Ambiental está/ não sendo aplicada na escola.	
Pergunta: Enumerar os motivos da política da Educação Ambiental estar/ não estar sendo aplicada na escola?	Objetivo/Finalidade Elencar os motivos que não permitem que a Educação Ambiental seja aplicada na escola de forma contetxualizada.
Respostas: <ul style="list-style-type: none"> – Está sendo aplicada na escola, tanto que temos os projetos de coleta de lixo, aproveitamento de águas, aproveitamento de material reciclável, feiras, passeios e outras coisas. – Está sendo seguida até porque a secretaria de educação vistou a 	

<p>escola deu algumas noções.</p> <ul style="list-style-type: none"> – Está sendo seguida por alguns professores. – Nem todos seguem, somente aqueles que querem e tem consciência da sustentabilidade. – Está sendo seguida. – Nada a declarar (4 professores). 	
<p>Objetivo 5: Conhecer a Educação Ambiental na gestão escolar participativa na Escola Municipal Gastão Dias Vieira em Outeiro de Cedral - Maranhão - Brasil.</p>	
	<p>Objetivo/Finalidade</p>
<p>Pergunta: Como está sendo desenvolvida a Educação Ambiental na gestão escolar participativa na Escola Municipal Gastão Dias Vieira em Outeiro de Cedral - Maranhão - Brasil.</p>	<p>Identificar como está sendo desenvolvida a Educação Ambiental na gestão escolar participativa na Escola Municipal Gastão Dias Vieira em Outeiro de Cedral - Maranhão - Brasil.</p>
<p>Respostas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Com a participação de todos que trabalham na escola. – Temos uma boa gestão preocupada com nosso bem estar. – Não tão bem, pois a gestão nem sempre ajuda mais cobra. – Com o desenvolvimento dos projetos com nosso esforço e pelo menos a gestora não proíbe. – Com nosos esforços e com a ajuda dos pais dos alunos e da colonia de pescadores. – Nada a declarar(4 professores). 	

Para concluirmos nossa análise sobre a pesquisa de campo que envolveu instrumentos de diversos angulos e pefis pode inferir que nessa escola existe uma gestão democrática e participativa em construção, talvez lhes falte uma conscientização da importancia da Educação Ambiental e das diversas formas pelas quais essa educação pode por em marcha uma educaçãoe scolar mais voltada para a sustentabilidade do nosso planeta Terra.

Percebemos mediante as respostas dos inquiridos via diversidade de instrumentos que temos em desenvolvimento ações as mais diversas voltadas

para uma aprendizagem significativa do que seja a Educação Ambiental em uma escola municipal situada próxima à praia, que oferece alimento e água para seus habitantes, sendo o projeto da Horta Escolar um laboratório vivo para diferentes atividades didáticas, que poderiam ser apropriadas por todos os componentes curriculares. A Horta além de dar possibilidade de estudos, proporciona uma grande variedade de alimentos a baixo custo, no lanche das crianças, permite que toda a comunidade tenha acesso a essa variedade de alimentos por doação ou compra e também se envolva nos programas de alimentação e saúde desenvolvidos na escola.

Há várias atividades que podem ser utilizadas na escola com o auxílio de uma horta onde o professor relaciona diferentes conteúdos e coloca em prática a interdisciplinaridade, inclusive com o ensino de adubagem feito com o lixo orgânico que sobra dos lanches preparados na própria escola.

Por fim, entendemos que para tornar o ambiente escolar democrático e participativo será necessário e estreitar e fortalecer as relações pessoais deve ser previamente acordado os princípios e as normas de convivência do grupo, além de definir instâncias colegiadas como espaços qualificados para a solução de conflitos e tomadas de decisão.

Na gestão de todo o processo educativo, será muito importante a prática da ética, da solidariedade, e a abertura para o diálogo. A coerência entre os princípios e os valores difundidos e os realmente praticados, interna e externamente, é essencial que todo o grupo contribua para mudanças efetivas, dando sentido para sua existência.

5 CONCLUSÕES

Chegados ao final do nosso trabalho, urge retomar a questão de investigação que iremos responder recuperando os objetivos específicos formulados e partindo do referencial teórico.

Assim, para o primeiro objetivo do estudo, **Investigar ações desenvolvidas em prol da Educação Ambiental**, tem a dizer que na escola investigada existem algumas ações que estão sendo desenvolvidas por uma minoria de alunos e professores em prol da Educação Ambiental. Vale ressaltar que somente sessenta e quatro alunos, a gestão local, a secretaria de educação e cinco dos nove professores contribuem para que essas ações se efetivem na escola investigada, mediante um trabalho interdisciplinar desenvolvido na escola e por conta dos resultados alcançados por estes trabalhos coletivos se dispuseram a participar dessa investigação falando-nos sobre suas atividades cujo produto final está à vista no espaço da escola, visto que todos os alunos responderem algo na questão aplicada a eles por nós.

Quanto aos demais integrantes da escola, deixaram de contribuir com esse momento, o qual nos propussemos estabelecer um diálogo com a referida escola.

O segundo objetivo, **Conhecer a importância de trabalhar a Educação Ambiental no ambiente escolar**, tivemos um percentual consistente de respostas que confirmam a importância de se estudar e refletir sobre a Educação Ambiental nesse momento, mas lamentamos que alguns professores tenham ficado omissos a essa questão. No entanto acreditamos que todos na escola sabem que a educação ambiental é um tema importante e que merece nossa atenção tendo em vista a preocupação de todo o mundo sobre futuro do planeta terra que está ameaçado por diversos fenômenos naturais e também artificiais produzidos pelo próprio homem. Acreditamos que o que está em falta é uma atenção maior através da sensibilização para com nossa terra, a qual possa nos garantir e aos nossos descendentes um espaço terrestre mais sustentável.

O terceiro objetivo, **Conhecer o perfil dos gestores escolar com relação ao uso da Educação Ambiental**, o perfil dos gestores é de colaboração, pelo menos intencionalmente, se não através de ações concretas para o alcance dos objetivos necessários para a implantação da Educação Ambiental de forma transversal nos componentes curriculares do ensino fundamental que é o nível de oferta da escola aos habitantes da comunidade de Outeiro – Cedral.

O quarto objetivo, **Identificar a educação ambiental na gestão escolar participativa na Escola Municipal de Cedral - Maranhão**. Acreditamos que a escola estudada está aplicando a política de Educação Ambiental propagada pelos entes federativos da União e dos Estados brasileiros, só que esta política ambientalista está sendo aplicada de forma lenta, em virtude de falta de material promocional, talvez oferecido pela Prefeitura Municipal a partir da Secretaria de Educação, embora saibamos que existe um site do MEC um vasto material sobre essa temática que pode ser utilizado para a implementação da Educação Ambiental nas escolas de um modo em geral e na escola, lugar dessa investigação em especial. É uma questão de sensibilidade e prioridade.

Podemos inferir que os sujeitos implicados nesse estudo, tem conhecimento da importância da Educação Ambiental para a sobrevivência dos seres humanos e dos animais, bem como da flora e da fauna, assim a gestão da Escola Municipal Outeiro de Cedral tem que se organizar na perspectiva de aproveitar todo material possível, bem como as ações desenvolvidas pela Prefeitura Municipal através da Secretaria de Educação para sensibilizar aos seus professores e alunos na perspectiva de trabalhar a educação ambiental numa prática de gestão “participativa” pelo menos permitindo e apoiando os projetos que alguns professores têm desenvolvido com o apoio de seus alunos e dos pais dos mesmos, para garantirem a sustentabilidade local.

5.1. Considerações finais

Analisámos as ações estruturantes desenvolvidas na escola municipal de Cedral - estado do Maranhão, Brasil, com vista à Educação Ambiental na perspectiva da gestão democrática participativa procurando inicialmente destacar a importância da educação ambiental na gestão escolar participativa no contexto da escola básica tomando por base a reflexão teórica de especialistas em educação ambiental, bem como a base legal da educação nacional com vista a inserção da educação ambiental no currículo da educação básica, não como uma disciplina a mais, mas, como um tema que transversaliza nossa prática educativa e nesse sentido fomos nos interirando de que muito tem sido feito pelo governo federal, pelos movimentos sociais de base e pelas organizações governamentais sem fins lucrativos (ONG's).

Por outro lado, procuramos tratar da gestão democrática e participativa que está referenciada na LDB 9394/96 como sendo dever de estado e da escola para a formação da cidadania, na perspectiva do comprometimento da escola, dos professores e das famílias dos alunos com vista a uma sociedade mais sustentável.

Mediante uma metodologia de cunho qualitativa e interpretativa, com um design de estudo de caso, construímos nossos objetivos como o caminho para compreender as motivações de um universo escolar para gerir a educação oferecida aos habitantes de um município com elementos que transversalizam o uso da Educação Ambiental na Gestão Escolar Participativa. Utilizámos a observação direta e os registros de campo, bem como a utilização de inquéritos por entrevista e questionário, instrumentos que se coadunam com o enfoque qualitativo utilizado para investigação em causa, mas usando, também, dados quantitativos.

Os resultados do estudo mostram que, estando ausente da formação inicial e continuada dos professores, a educação ambiental ainda é mais intenção do que prática na escola. Da mesma forma, como objeto de estudo restrito a uma escola municipal a investigação demonstrou que essa prática de

valorização da educação ambiental está sendo abordado na escola investigada de forma insipiente, por tentativas, erros e acertos pelos professores que de maneira geral não dominam e, portanto, não se sentem confortáveis quando têm que abordá-lo na educação de seus alunos.

Algumas questões sobre a incorporação da educação ambiental precisam ainda ser mais discutidas. Vale ressaltar que a ausência da educação ambiental no coletivo dos professores e alunos da escola investigada pode ser por conta da ausência de práticas de gestão que estejam assentes na proposta de uma gestão democrática que ainda precise ser internalizada através de estudos específicos, formações pedagógicas e apoiadas numa literatura específica de gestão democrática para dessa forma esse coletivo escolar possa romper a barreira ainda existente em sua realidade.

5.2. Dificuldades sentidas na realização do estudo

Tais dificuldades nos apareceram quando do início do estudo empírico passando nas salas do 9.º ano e na sala dos professores, para apresentar o questionário e tirar as dúvidas sobre algumas perguntas do mesmo, o aplicativo que foi usado pelo celular dos alunos, professores e gestores foi o *whatsapp*, no período de 20 de agosto a 20 de setembro. Primeiro apliquei o questionário fechado para professor e aluno, depois apliquei um questionário aberto para os gestores, mas a devolutivo nos deixaram desmotivados.

Essa dificuldade se somou a outra que foi de responder ao questionário, devido a escola possuir um laboratório de informática, mas que não tem computador funcionando. Por outro lado, a internet local e pública não dá suporte aos aparelhos celulares, com isso passei nas salas perguntando as dificuldades dos que não conseguiram responder, explicaram que não tinham internet. Então decidi levá-los ao laboratório com seus aparelhos celulares usando a internet da escola e conseguiram responder.

A dificuldade de alguns professores foi que uns estavam sem aparelho celular, mas os que responderam não tiveram nenhuma dificuldade na compreensão do questionário. Em relação às gestoras sempre me auxiliaram durante esse período, motivando os alunos e professores. Outra limitação foi os 50% de abstenção na devolutiva dos questionários.

Mas tivemos pontos positivos, aprendemos a pesquisar, experiência quase inédita para nós que até então só havíamos feito uma pequena monografia de conclusão da licenciatura, e mesmo assim, mais de pesquisa bibliográfica que de campo. Envolvermos a Secretaria de Educação municipal nesse estudo, demos voz aos alunos e professores para falarem do que sabiam sobre essa temática, enfim, foi um passo adiante, acreditamos que outros virão.

Contribuímos também com um trabalho investigativo que pode ser útil a escola que foi o campo de investigação, como também as outras existentes no município de Cedral, e esse trabalho no futuro poderão ser aprofundados por nós ou por outros colegas de profissão no mesmo contexto ou em outros espaços educativos.

BIBLIOGRAFIA

- Bezerra, M. C. dos S. (2002). *De colonos a proprietários: A Saga da Formação do Bairro dos Pires*. Dissertação de mestrado. Sociedade Pró-memória de Limeira. Limeira.
- Boff L. (1999). *Saber cuidar: ética do humano - compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Portugal: Porto.
- Brasil. (2013). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI.
- Brasil. (2012). *Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012*. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1o de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm>. Acessado em 12 de agosto de 2017.
- Brasil. (2008). Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Educação Ambiental. *Os diferentes matizes da educação ambiental no Brasil: 1997 – 2007*. Brasília: MMA. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_publicacao/20_publicacao04062009105709.pdf>. Acessado em: 15 de agosto de 2017.
- Brasil. (2007a). *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO. Disponível em: <

- <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>>. Acessado em 25 de agosto de 2017.
- Brasil. (2007b). Ministério da Educação. Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade. *Cadernos SECAD 1*. Brasília: SECAD.
- Brasil. (2002). *Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002*. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acessado em 25 de julho de 2017.
- Brasil. (2001). *Horta: Manual para Escolas - A Escola promovendo hábitos alimentares saudáveis*. Brasília: UNB.
- Brasil. (1999). Congresso Nacional. *Lei n.9.795, de 27 de abril de 1999*. Estabelece a política nacional de educação ambiental. Brasília.
- Brasil. (1999). Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio: bases legais*. Brasília: SEMTEC.
- Brasil. (1998a). *A Implantação da Educação Ambiental no Brasil*. Brasília: Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação e do Desporto. Disponível: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001647.pdf>>. Acessado em 16 de agosto de 2017.
- Brasil. (1998b). *A implantação da educação ambiental no Brasil*. Brasília: MEC. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001647.pdf>>. Acessado em 14 de julho de 2017.
- Brasil. (1997). Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental*. Brasília, DF: MEC/SEF.
- Brasil. (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acessado em 15 de agosto de 2017.

- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acessado em 15 de julho de 2017.
- Capra, F. (1986). *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix.
- Caride, J. & Meira, P. (2004). *Educação ambiental e desenvolvimento humano*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Carneiro, M. A. (2015). *LDB Fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo*. 23. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Carvalho, C. G. de. (2003). *O que é Direito Ambiental: Dos Descaminhos da Casa à Harmonia da Nave*. Florianópolis: Habitus.
- Cascino, F. (2000). *Educação ambiental: princípios, história, formação de professores*. 2. ed. São Paulo: SENAC.
- Chizzotti, A. (1991). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez.
- Demazière, D. & Dubar, C. (1997). *Analyser les entretiens biographiques: l'exemple de récits d'insertion*. Paris: Nathan.
- Demo, P. (1997). *Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas*. 3. ed. Campinas: Autores Associados.
- Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (2001). *The American tradition in qualitative research*. Vol. II. Thousand Oaks, California: Sage Publications.
- Fachin, O. (2001). *Fundamentos de metodologia*. São Paulo: Saraiva.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed.
- Fortunati, J. (2007). *Gestão da educação pública: caminhos e desafios*. Porto Alegre: Artmed.
- Freire, P. (2002). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gadotti, M. (2000). *Pedagogia da terra*. São Paulo: Peirópolis.
- Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63.

- Gray, D. E. (2012). *Pesquisa no mundo real*. 2. Ed. Porto Alegre: Penso.
- Hoepfl, M. C. (1997). Choosing qualitative research: a primer for technology education researchers. *Journal of Technology Education*, v.9, n.1.
- Konder, L. (1992). *O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Libâneo, J. C. (2013). *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 6. ed. São Paulo: Heccus.
- Libâneo, J. C. et. al. (2008). *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 6.ª Ed. São Paulo: Cortez.
- Loureiro, C. F. B. et. al. (2012). *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. 7. ed. São Paulo: Cortez.
- Lück, H. (2017). *Gestão educacional: uma questão paradigmática*. Petrópolis: Vozes.
- Lück, H. (2012). *Concepções e processos democráticos de gestão educacional*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lück, H. (2009). *Dimensões de gestão escolar e suas competências*. Curitiba: Editora Positivo.
- Maia, B. P. & Bogoni, G. D. (2008). *Gestão Democrática*. Coordenação de Apoio à Direção e Equipe Pedagógica – CADEP.
- Marçal, V.P.B. (2005). *A queixa escolar nos ambulatórios de saúde mental da rede pública de Uberlândia: práticas e concepções dos psicólogos*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Psicologia. Uberlândia.
- Mathison, S. (1988). Why triangulate? *Educational Researcher*, v. 17, n. 2, p. 13-17.
- Minayo, M. C. de S. (org.). (2001). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes.
- Nadal, B. G. (2000). Gestão e formação contínua: práticas articuladas da organização escolar. *Olhar de Professor*. Ponta Grossa, Ano 3, n. 3. UEPG.

- Paro, V. H. (2005). *Gestão democrática da escola pública*. 3.ed. São Paulo: Ática.
- Patton, M. Q. (2001). *Qualitative Research & Evaluation Methods*. 3rd. ed. United States of America: Sage Publications, Inc.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (1995). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ruquoy, D. (1997). Situação de entrevista e estratégia do entrevistador. In: Albarello, Luc et. al. *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Edições Gradiva.
- Silva, L. F. da (2009). Educação Ambiental Crítica e Gestão Escolar. *Pesquisa em debate*, edição 10. V. 6, n.1, jan/jun.
- Sorrentino, M. (1998). De Tbilisi a Tessaloniki, a educação ambiental no Brasil. In: Jacobi, P. et al. (orgs.). *Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências*. São Paulo: SMA.
- Stake, R. E. (1999). *Investigación con estudio de casos*. Madrid: Morata.
- Universidade Livre da Mata Atlântica. (2010). *Estado do Mundo, 2010: estado do consumo e o consumo sustentável*. Salvador: Uma Ed.
- Veiga, I. P. A. (1998). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 7 ed. Campinas, SP: Papirus.
- Yin. R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3 ed., Porto Alegre: Bookman.

APÊNDICE

Apêndice A: Termo De Consentimento Livre E Esclarecido

Estamos realizando junto ao Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação: Especialização em Administração das Organizações Educativas, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, uma pesquisa intitulada **“A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GESTÃO ESCOLAR PARTICIPATIVA: um estudo de caso na Escola Municipal de Cedral - Maranhão”** e queremos convidá-lo(a) a participar da mesma. A pesquisa tem por objetivo fornecer dados sobre a gestão escolar. Sua participação é opcional. Caso aceite participar deste projeto de pesquisa gostaríamos que soubesse que a análise dos resultados obtidos através do inuquerito por questionário e/ou da entrevista será utilizada na elaboração dessa Dissertação de Mestrado, podendo ser divulgados em periódicos ou congressos científicos, com garantia de identidade preservada dos sujeitos envolvidos. Para autorizar sua participação preencha o espaço abaixo:

Eu, _____ portador(a) do RG: _____ aceito participar da pesquisa acima especificada. Declaro ter recebido as devidas explicações sobre a referida pesquisa e estou ciente de que minha desistência poderá ocorrer a qualquer momento sem que ocorram quaisquer prejuízos. Declaro, ainda, estar ciente de que a participação é voluntária e que fui devidamente esclarecido(a) quanto aos objetivos e procedimentos desta pesquisa. Certos de podermos contar com sua autorização, colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento.

Mestrando Investigador: Liherbeth Silva Souza

Data: ____/____/____

Assinatura do(a) Participante